

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG FÁBIO MARÇAL MALTEZ

EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRA DE CRISE: o submarino convencional de propulsão nuclear e suas possibilidades para o nível político-estratégico brasileiro.

Rio de Janeiro
2023

CMG FÁBIO MARÇAL MALTEZ

EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRA DE CRISE: o submarino convencional de propulsão nuclear e suas possibilidades para o nível político-estratégico brasileiro.

Tese apresentada a Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas/2023.

Orientador: CF (RM1) CLÁUDIO LUIZ DE LIMA
MARTINS

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

Capitão de Mar e Guerra

Agradeço:

A todos os meus professores e instrutores, pelo conhecimento e experiência transmitidos;

A todos os meus ex-Comandantes , pelos exemplos assimilados;

Ao CF (RM1) CLÁUDIO LUIZ DE LIMA MARTINS, pelo entusiasmo e motivação transmitidos,

pelas orientações que sempre me impulsionaram a buscar a excelência neste trabalho e

pelas cordialidade e fidalguia com as quais sempre me dispensou;

A minha família pelo apoio irrestrito a minha carreira e às atividades desenvolvidas no Curso

de Política e Estratégia Marítimas;

A Marinha do Brasil, por me permitir evoluir e contribuir na construção do futuro dessa

Instituição.

“Não são, ainda, os submarinos uma arma invencível. Mas, se desde Sir William Pitt, as nações que têm superioridade naval e dependem do uso dos mares preferem que as demais não os tenham, certamente é bom e tranquilizador ter-se, em nossa Marinha, submarinos.”

Almirante de Esquadra (Ref.) Arlindo Vianna Filho

“O homem do mar que estuda cuidadosamente as causas dos êxitos e fracassos, não só observará e assimilará gradualmente esses ensinamentos, como aumentará sua aptidão para aplicá-los no emprego dos navios e armas de seu tempo.”

Rear-Admiral Alfred Thayer Mahan

“O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas à beira-mar não têm licença de ser míopes.”

Rui Barbosa

RESUMO

A MB possuirá, em breve, um Submarino Convencional de Propulsão Nuclear (SCPN) incorporado ao inventário do Poder Naval com especificidades que proporcionarão novas capacidades de emprego nos níveis operacional e político-estratégico. Assim, quais as possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico em manobras de crise? A Crise é um tipo de conflito iniciado pela ruptura do *status quo* em relação a uma determinada situação. Caso a crise internacional envolva objetivos políticos-estratégicos, é classificada como uma crise político-estratégica internacional (CPEI). O Brasil é uma potência marítima e sua Amazônia Azul[®] dimensiona cerca de 5,7 milhões de km², possui uma grande quantidade de recursos vivos e não-vivos, os quais são fundamentais para a economia do País e podem ser alvos da cobiça e de interesse de outros Estados, fato que provocará CPEI. A análise das vertentes econômica, científica e ambiental da Amazônia Azul[®] demonstrou a importância estratégica do mar para o desenvolvimento e enriquecimento do País, e a necessidade de proteção contra eventuais ameaças. O Brasil é inviável sem o uso do mar. Há a necessidade da ocupação dos espaços marítimos pelo Estado, sob pena de usurpação alheia, o que terá como consequências CPEI. Para o País se contrapor às possíveis ameaças, foram identificadas as Capacidades Nacionais de Defesa prioritárias, analisadas a capacidade dissuasória proporcionada pelo SCPN e as possibilidades do emprego do SCPN sob as diversas Forças Tipo identificadas. Dentro do conceito da concepção estratégica brasileira, a posse do SCPN reafirmará o compromisso do Brasil com a paz e a cooperação internacional e mudará o nível de interlocução nos fóruns mundiais. As possibilidades analisadas para o emprego do SCPN pelo nível político-estratégico evidenciam que o País terá as condições necessárias para a defesa dos interesses nacionais e para a reafirmação do Brasil como potência regional no seu entorno estratégico. Os efeitos desse *hard power* contribuirão para concretizar o objetivo principal da sua política externa: o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Palavras-chave: Poder Naval. Marinha do Brasil. Submarino convencional de propulsão nuclear. Manobras de crise. Dissuasão. *Hard power*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	–	Ações decorrentes
AED	–	Ações Estratégicas de Defesa
AIS	–	Automatic Identification System
AJB	–	Águas Jurisdicionais Brasileiras
C2	–	Comando e Controle
CAPN	–	Campos de Atuação do Poder Naval
CDS	–	Conselho de Defesa Sul-americano
CDN	–	Conselho de Defesa Nacional
CMiD	–	Conselho Militar de Defesa
CND	–	Capacidades Nacionais de Defesa
C-PEM	–	Curso de Política e Estratégia Marítimas
C-EMOS	–	Curso de Estado-Maior par Oficiais Superiores
CENSIPAM	–	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CNUDM	–	Convenção das Nações Unidas para o Direito do mar
CPEI	–	Crise político-estratégica internacional
CRFB	–	Constituição da República Federativa do Brasil
DMD	–	Doutrina Militar de Defesa
DMN	–	Doutrina Militar Naval
EEB	–	Entorno Estratégico Brasileiro
END	–	Estratégia Nacional de Defesa
EGN	–	Escola de Guerra Naval
EUA	–	Estados Unidos da América
FA	–	Força de Apoio
FAB	–	Força Aérea Brasileira
FI	–	Força de Intervenção
FP	–	Força Potencial
INPI	–	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LBDN	–	Livro Branco de Defesa Nacional

LEPLAC	–	Levantamento da plataforma continental brasileira
LCM	–	Linhas de comunicações marítimas
MB	–	Marinha do Brasil
MD	–	Ministro da Defesa
MN	–	Milhas náuticas
MRE	–	Ministro das Relações Exteriores
MT	–	Mar territorial
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OND	–	Objetivos Nacionais de Defesa
PC	–	Plataforma continental
PN	–	Poder Naval
PND	–	Política Nacional de Defesa
PROSUB	–	Programa de Submarinos
REMPLOC	–	Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira
RI	–	Relações Internacionais
RPC	–	República Popular da China
SAR	–	Satélite com radar de abertura sintética
SCPN	–	Submarino convencional de propulsão nuclear
SI	–	Sistema Internacional
SISFORÇA	–	Sistemática de Planejamento de Força da Marinha do Brasil
SisGAAz	–	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SUB	–	Submarino
SUP	–	Superfície
TBPN	–	Tarefas Básicas do Poder Naval
UNASUL	–	União das Nações Sul-americanas
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZC	–	Zona contígua
ZE	–	Zona de exclusão
ZEE	–	Zona Econômica Exclusiva

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	–	Espectro dos conflitos	18
FIGURA 2	–	Espectro Conflito-cooperação.....	19
FIGURA 3	–	Distâncias da Ilhas Malvinas.....	82
FIGURA 4	–	Geoestratégia do Atlântico Sul.....	32
FIGURA 5	–	Zona de Exclusão Total	82
FIGURA 6	–	Caçada ao Navio-Aeródromo <i>ARA Veinticinco de Mayo</i>	83
FIGURA 7	–	Linhas de Comunicações Marítimas no Atlântico Sul.....	83
FIGURA 8	–	Poços de óleo e gás na margem equatorial.....	84
FIGURA 9	–	Cabos submarinos no Brasil.....	84
FIGURA 10	–	Recursos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.....	85
FIGURA 11	–	O Entorno Estratégico Brasileiro (EEB).....	86
FIGURA 12	–	A Presença de Potências Regionais no EEB.....	86
FIGURA 13	–	Representação gráfica da concepção do SisGAAz.....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	–	Correlação entre as AD, os OND e as AED	81
----------	---	---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRISE	17
2.1	Crise e sua contextualização no campo político-estratégico	17
2.2	Conceitos de manobras de crise e o Poder Naval	20
2.2.1	Significado da expressão Poder Naval	21
2.2.2	Manobras de crise com foco no emprego do Poder Naval	22
3	EMPREGO DOS SUBMARINOS CONVENCIONAIS DE PROPULSÃO NUCLEAR PELO REINO UNIDO NA CRISE DAS ILHAS MALVINAS	29
3.1	As origens da crise das Ilhas Malvinas	29
3.1.1	Aspectos históricos	30
3.1.2	Aspectos geográficos	31
3.1.3	Aspectos de Poder	33
3.2	O desenvolvimento das manobras de crise e o emprego dos SCPN	35
3.3	Os erros e acertos do nível político-estratégico do UK no emprego dos SCPN nas manobras da crise	42
4	A CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA	46
4.1	A importância do uso do mar e seus recursos	47
4.2	Possibilidades de crise e ameaças sobre os recursos brasileiros na Amazônia Azul®	53
5	O EMPREGO DO PN EM MANOBRAS DE CRISE	58
5.1	A CRFB, o LBND, a PND e a END	58
5.2	A capacidade dissuasória do SCPN	60
5.3	O SCPN e suas possibilidades para o nível político-estratégico brasileiro	65

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES PARA A MB	70
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICE – QUADROS.....	81
	ANEXO – FIGURAS	82

1 INTRODUÇÃO

O que se entende por crise? Crise é um tipo de conflito que foi iniciado pela ruptura do *status quo* que existia entre dois ou mais atores em relação a uma determinada situação que ameaçava objetivos prioritários de um deles. Quando uma crise envolve dois ou mais Estados, ela se denomina crise internacional. E, caso a crise internacional envolva objetivos políticos ou políticos-estratégicos, é classificada como uma crise político-estratégica internacional (CPEI).

Assim, as CPEI são originadas por um confronto de interesses. Dentro do Espectro dos Conflitos, o conflito está presente desde a paz, com uma transição fluida dessa para a guerra, e emprega-se, mesmo na normalidade, o uso limitado da força como recurso extremo de que o nível político-estratégico lança mão como alternativa final para a solução da crise. Nesse contexto, ações, chamadas de Manobras de Crise, nas quais o nível político-estratégico¹ é o ator principal, são executadas para resolver, distender, estabilizar ou escalar as crises, e empregam o Poder Militar do Estado para influenciar o processo de negociações e seus resultados, de acordo com os interesses do poder político do país, o que inclui o Poder Naval (PN), uma parte da expressão militar do Poder Nacional e da projeção do Poder Marítimo de um Estado.

De acordo com os estudos de crise, de 1918 a 2007 ocorreram 455 crises internacionais. Destas, 295 foram contabilizadas na Guerra Fria (1945–1991), e, desse período, 205 (70%) após a crise dos mísseis de Cuba, como por exemplo, a Crise das Ilhas Malvinas, com efetivo emprego do PN pelo nível político-estratégico, tendo sido, até o momento, a única CPEI contemporânea, após a Segunda Guerra Mundial, na qual um submarino, e nesse caso um Submarino Convencional de Propulsão Nuclear (SCPN)², torpedeou um alvo e o afundou, o que a torna um exemplo de emprego desse meio naval

1 De acordo com a Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04), no Brasil, o nível político é representado pelo Presidente da República (Comandante Supremo das Forças Armadas), que tem como órgão consultivo o Conselho de Defesa Nacional, enquanto o nível estratégico é composto pelo Ministro da Defesa, Conselho Militar de Defesa (CMiD) e pelos Comandos das Forças Armadas. (BRASIL, 2007, p.26). Para efeitos deste trabalho, será considerado como nível político-estratégico aquele composto pelas autoridades com hierarquia, sobre a cadeia de comando, acima ou equivalente ao Ministro da Defesa.

2 SCPN – Na Marinha do Brasil, os submarinos nucleares de ataque (SNA) são designados como SCPN para enfatizar que o submarino é dotado de armamentos convencionais (Submarino x Submarino e Submarino x Superfície) e com propulsão baseada em energia nuclear. O termo SCPN será utilizado neste trabalho, substituindo o termo SNA.

pelo nível político-estratégico em manobras de crise. O estudo dessa CPEI possibilitou identificar e compilar os principais erros e acertos cometidos pelo nível político-estratégico do governo do Reino Unido (UK), em relação ao emprego dessas belonaves, baseados nos conceitos abordados neste trabalho.

Brasil é um país de dimensões continentais e uma potência marítima, com um território que se estende por cerca de 47% da porção centro oriental da América do Sul e seus 15 mil e 10 mil Km de fronteiras terrestre e litoral, respectivamente. A maior parte do território brasileiro possui uma característica comum, qual seja a ocupação litorânea. Cerca de 80% da população brasileira vive em uma faixa de 200 Km de distância da costa. São 17 Estados e 280 municípios litorâneos, os quais têm participação de cerca de 78,3% na economia nacional e em termos populacionais. Esses números demonstram o papel histórico fundamental e a importância do mar para o país. Esse mar, conjunto do MT, ZC, ZEE e PC, é denominado de Amazônia Azul³ e dimensiona cerca de 5,7 milhões de km², equivale a cerca de 60% da área do território nacional e possui uma grande quantidade de recursos vivos e não-vivos, os quais são fundamentais para a economia do País, e podem ser alvos da cobiça e de interesse de outros Estados, fato que provocará ameaça à soberania e, conseqüentemente, situações de CPEI. Do mar vieram nossos descobridores e colonizadores, os primeiros invasores do Brasil Colônia e a maioria das ameaças e hostilidades que obrigaram o Estado a entrar em guerras no passado. Pelo mar, o País faz fronteira com os demais países litorâneos.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece que o Poder Naval deve cumprir o conjunto de atribuições definidas por meio de suas tarefas básicas³⁴ – Controle de área marítimo, negar o uso do mar ao inimigo, projeção de poder sobre terra e contribuir para a dissuasão – explorando suas características intrínsecas, quais sejam: mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade. Nesse contexto, a Marinha do Brasil (MB), em breve, possuirá um Submarino Convencional de Propulsão Nuclear (SCPN) incorporado ao inventário do PN. Esse meio que, por sua especificidade, possui mobilidade e permanência

3 BRASIL, 2020, p.47.

4 A Alta Administração Naval, a partir de 2023, tem utilizado o conceito de Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN), que é mais amplo e engloba as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN). São eles: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado. (OLSEN, 2023a)

limitadas apenas pela duração do estoque de gêneros alimentícios a bordo, proporcionará novas capacidades de emprego nos níveis operacional e político-estratégico.

Portanto, o presente trabalho tem o propósito de analisar o emprego do poder naval em manobras de CPEI com o seguinte objeto de pesquisa: as possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico, a partir do momento da incorporação do meio ao setor operativo da MB.

A presente pesquisa se torna original e relevante, na medida em que o SCPN está em fase de projeto para futura construção, portanto não incorporado a Armada, e pelo fato de não existirem diretrizes de emprego para esse meio nos níveis de atuação citados.

Assim, para atingir o propósito da pesquisa, a metodologia utilizada no trabalho foi uma combinação do método da Descrição do Fenômeno, com base nos conceitos presentes na literatura, leis e normas institucionais em vigor, e do Estudo Comparativo do caso da Crise das Ilhas Malvinas, para: analisar as manobras de crise com as quais o nível político-estratégico do governo do Reino Unido (UK) empregou o PN, com ênfase nos SCPN; identificar os principais erros e acertos; comparar o exemplo das Malvinas com a realidade do Brasil, com ênfase na Amazônia Azul® e seus recursos. Os conceitos e dados pesquisados refletirão em possibilidades de emprego do SCPN brasileiro pelo nível político-estratégico.

Para tal, o trabalho é dividido em cinco capítulos, além da presente introdução. No capítulo dois, serão abordados e definidos conceitos gerais, de acordo com a literatura e, também, com a doutrina e diretrizes do Estado Brasileiro, que serão necessários ao desenvolvimento do presente estudo, quais sejam o entendimento sobre crise, com o propósito de identificar e interpretar elementos dentre os quais se define uma CPEI, os conceitos de Poder Naval e manobras em situação de crise que empregam o Poder Naval como instrumento do Estado.

O capítulo três, tratará sobre a crise das Ilhas Malvinas, com o propósito de analisar as manobras de crise com as quais o nível político-estratégico do governo do UK empregou o PN, com ênfase nos SCPN, para identificar os principais erros e acertos, baseados nos conceitos abordados no capítulo dois, para posterior comparação à realidade brasileira, que refletirá em possibilidades de emprego do SCPN brasileiro pelo nível político-estratégico do país.

No capítulo quatro, será efetuada a abordagem da realidade brasileira em relação ao mar, ou seja, seu uso pela sociedade, seu potencial de riquezas, recursos vivos e não vivos e sua importância para o desenvolvimento do País, bem como as possíveis crises por cobiça e ameaças a esses recursos.

No capítulo cinco, será abordado o objeto de estudo propriamente dito. De acordo com os principais documentos do nível político-estratégico condicionantes para a Defesa Nacional, serão identificadas as capacidades nacionais de defesa prioritárias, o que permitirá não somente analisar a capacidade dissuasória proporcionada pelo SCPN, mas principalmente, analisar as possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico em manobras de CPEI, nas diversas Forças Tipo identificadas anteriormente, na defesa dos objetivos do País.

Por fim, no capítulo seis, serão realizadas algumas considerações finais sobre a pesquisa e propostas ações decorrentes para a concretização das possibilidades de emprego do SCPN, em contribuição aos Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e Ações Estratégicas de Defesa (AED) previstas na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), respectivamente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRISE

No presente capítulo, são abordados e definidos conceitos, de acordo com a literatura e, também, com a doutrina e diretrizes do Estado Brasileiro, necessários ao desenvolvimento do presente estudo. Para tal, o capítulo é dividido em duas seções: a seção 2.1, aborda o entendimento sobre crise, com o propósito de identificar e interpretar elementos dentre os quais se define uma crise político-estratégica internacional (CPEI); na seção 2.2, são identificados e interpretados os conceitos de Poder Naval e manobras em situação de crise que empregam o Poder Naval como instrumento do Estado.

2.1 Crise e sua contextualização no campo político-estratégico

Em algum momento da rotina diária, a maioria dos indivíduos ouvira a palavra crise em diversas situações. Sendo uma palavra polissêmica e, portanto, podendo ter vários significados, desde o desenvolvimento do quadro de uma doença até uma situação de tensão, disputa, conflito, ou episódio desgastante, torna-se necessário, no contexto deste trabalho, definir o que se entende por crise e sua subdivisão no campo político-estratégico dentro do espectro dos conflitos.

As relações interpessoais são, em sua essência, ações para satisfazer as necessidades e para a conquista dos objetivos de cada ator⁵. Esse conjunto de relações interpessoais engloba as relações internacionais (RI), pois elas nada mais são do que relações sociais dos líderes representantes dos seus respectivos Estados, na medida em que as interações e resultados das RI muito refletem a personalidade de seus líderes, bem como a percepção deles sobre uma determinada situação, a qual necessitará de uma tomada de decisão. E, nesse sentido, atribui-se ao estudo de crise uma tendência de considerar um peso razoável à tomada de decisão, “pois é a decisão dos atores transformada em ação que tem a capacidade de alterar aspectos relevantes de realidade, sem se minimizar a influência da realidade nessas decisões.”⁶ Assim, dentro das relações interpessoais englobam-se as relações internacionais (RI) entre os governantes dos Estados.

5 BRASIL, 2007, p.21.

6 MACEDO, 2012, p.21.

Quando, dentro das relações interpessoais, em uma determinada situação, não há entendimento entre as partes fruto das respectivas decisões dos atores envolvidos, surge um choque de vontades, de objetivos ou de interesses nessa relação, o qual será denominado de conflito neste trabalho.⁷

A FIG. 1, a seguir, representa o Espectro dos Conflitos. Nesse espectro, nota-se que “a ocorrência de conflitos, sua natureza, e magnitude no ambiente externo ou interno de uma nação caracterizam os estados de paz, de crise ou de guerra.”⁸ O espectro dos conflitos também mostra um das características básicas de uma crise: ela se situa na área do conflito controlado, entre a paz e a guerra, onde há: intensa negociação, possibilidade do emprego limitado da força e o risco de escalar para a extrema violência, a guerra, dependendo do resultado das negociações efetuadas.⁹

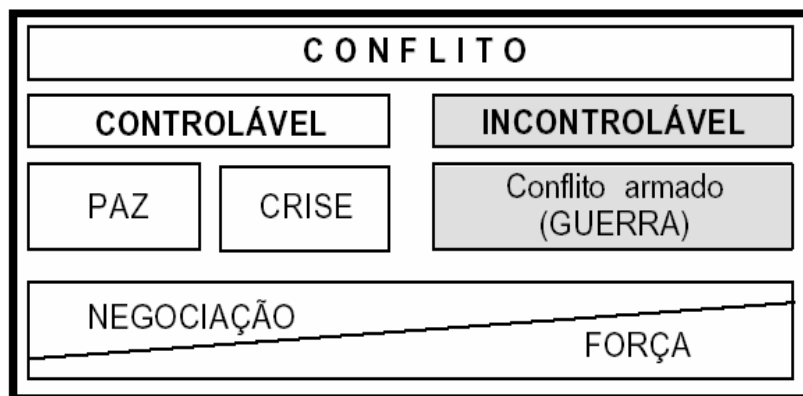


FIGURA 1 – Espectro dos conflitos

Fonte: BRASIL, 2007, p.21.

Till (2018) faz uma comparação análoga ao espectro dos conflitos. Na FIG.2, a seguir, ele explica que os dois contestantes em uma competição têm muito em comum, assim como as circunstâncias que os distanciam. Além do mais, descreve a situação do espectro comparando com duas fatias triangulares de torta colocadas fim com fim, sendo uma fatia representando o lado da relação colaborativa e a outra, o lado do conflito. Na mediada em que a relação “caminha entre as fatias”, ela varia no espectro da pura colaboração até o puro conflito, não sendo usual as extremidades do comportamento, tendo os dois Estados, na prática, um relacionamento situado na parte central das fatias: da normalidade, passando pela crise, até a guerra.¹⁰ (Tradução do autor) Isto significa que, mesmo na normalidade há

7 BRASIL, 2007, p.21.

8 *Ibid*, p.21.

9 *Ibid*, p.29.

10 TILL, 2018, p.58. No original: “Competition implies that contestants have much in common as well as things that divide them. Their situation can be explained through the analogy of two slabs of cake laid end to end. The first slab represents the cooperative or collaborative relations between two states, the second

um certo grau de conflito, enquanto que na crise a cooperação tende a diminuir ao mesmo tempo que o conflito, com possível uso da força, se intensifica.

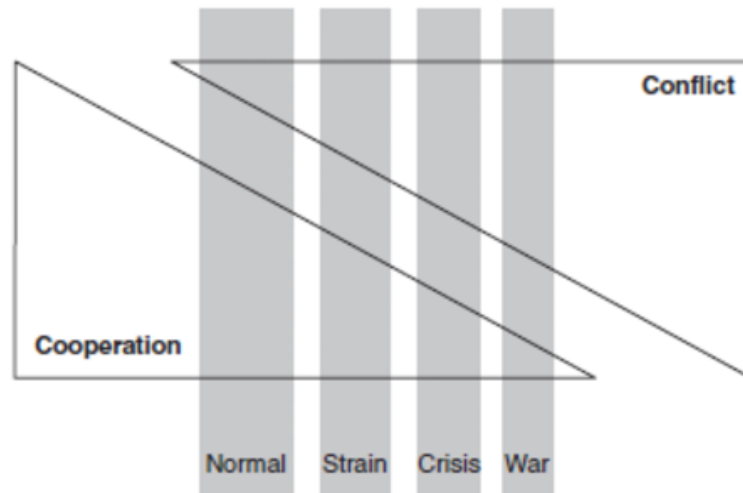


FIGURA 2 – Espectro conflito-cooperação

Fonte: TILL, 2018, p. 58.

Observa-se nos dois espectros ilustrados, que o conflito está presente desde a paz e sua transição dessa para a guerra é fluida, podendo empregar-se, desde a paz, o uso limitado da força como “recurso extremo de que o nível político-estratégico lança mão como alternativa final para a solução da crise.”¹¹

Dentro da literatura, não há uma definição de crise internacional que seja largamente aceita, tal qual ocorre com os mais importantes conceitos nas ciências sociais.¹² Assim, pra efeito deste trabalho, define-se **crise** como um tipo de conflito que foi iniciado pela ruptura do *status quo* que existia entre dois ou mais atores, em relação a uma determinada situação que ameaçava objetivos prioritários de um deles.¹³

Quando uma crise envolver dois ou mais Estados, será denominada de crise interestatal ou internacional¹⁴. E, caso a crise internacional envolva objetivos políticos ou

the conflictual. This illustrates a spectrum of varying relationships ranging from pure cooperation at one end to pure conflict at the other, although both extremities are highly unusual. In practice, the particular relationship that two states have with each other will normally involve a cut across both slabs of cake.”

11 TILL, 2018, p.8-31.

12 MACEDO, 2012, p.34.

13 A Doutrina Militar de Defesa define conflito como um fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de buscar-se uma solução ou compromisso. Os meios a empregar e as ações a desenvolver dependem do poder relativo dos oponentes, da liberdade de ação concedida por outros atores e pela importância atribuída ao objetivo a conquistar ou manter.

14 O termo internacional será utilizado neste trabalho.

políticos-estratégicos, será classificada como crise político-estratégica internacional (CPEI). Cabe ressaltar que uma crise internacional existe apenas quando um dos tomadores de decisão a percebem como tal.¹⁵

As CPEI podem atingir amplitudes e repercussão mundiais variáveis, dependendo da agilização das negociações entre os atores e, também, do alcance e importância relativa com que as mídias sociais, os demais meios de comunicação e a opinião pública perceberão o evento, realimentando a situação e influenciando os líderes dos Estados envolvidos a utilizarem o Poder Nacional de cada lado para alcançarem ou manterem seus objetivos nacionais. Tal raciocínio ocorreu na crise das Ilhas Malvinas / Falklands¹⁶ entre a Argentina e o Reino Unido (UK), quando a divulgação da invasão Argentina pela imprensa “despertara considerável cólera pública [...] A humilhação de ver os Fuzileiros Reais [...] como prisioneiros; escutavam-se vozes dos ilhéus transmitidos pelo rádio[...] causou impacto nos ouvintes.”¹⁷

A definição do conceito de CPEI, apresentada e fundamentada no entendimento do espectro dos conflitos, e que será utilizada neste trabalho, terá relevância no capítulo três, no entendimento e classificação da contenda, entre a Argentina e o UK sobre as Ilhas Malvinas, como uma CPEI, bem como possibilitará identificar e analisar, no capítulo cinco, as situações prováveis para o emprego do SCPN pelo nível político-estratégico brasileiro ao administrar uma CPEI. Torna-se necessário identificar os modos de administrar as crises e os instrumentos, ou ferramentas, que podem ser utilizados para tal. Assim, na próxima seção serão identificados esses conceitos que também serão importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

2.2 Conceitos de manobra de crise e o Poder Naval

Como gerenciar ou administrar uma crise? Quais os instrumentos que um Estado pode utilizar para resolver uma CPEI? “De acordo com os estudos de crise, de 1918 a 2007 ocorreram 455 crises internacionais. Destas, 295 foram contabilizadas na Guerra Fria (1945–

15 MACEDO, 2012, p.42.

16 Ilhas Malvinas ou Falklands: no presente trabalho, serão adotadas ambas as denominações para o arquipélago, sendo Falklands utilizado no idioma inglês e Malvinas, no idioma espanhol.

17 DUARTE, 1986, p.239.

1991), e, desse período, 205 (70%) após a crise dos mísseis de Cuba”¹⁸, como a crise das Ilhas Malvinas, por exemplo, com efetivo emprego do Poder Naval (PN).

Nesta seção serão abordados os principais conceitos de manobra de crise e do PN, com o propósito de identificar e interpretar quais os tipos de manobra, com foco no emprego do PN, podem ser utilizadas como instrumento do Estado, em prol da resolução da situação que afetou o equilíbrio entre os atores envolvidos.

2.2.1 Significado da expressão Poder Naval

Todo o Estado possui formas de emanar e exprimir seu poder no Sistema Internacional (SI), perante o concerto das nações. E o faz segundo: às expressões do Poder Nacional, que são classificadas em cinco categorias – a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica; e às projeções do Poder Nacional, que se constitui dos Poderes Marítimo¹⁹, Terrestre e Aeroespacial.²⁰

A expressão militar do Poder Nacional é a manifestação do uso da força sob tutela ou direção do Estado, de acordo com a vontade nacional, contribuindo para alcançar e manter os objetivos político-estratégicos, sendo composta do Poder Naval (PN), Poder Militar Terrestre e Poder Militar Aeroespacial.²¹

O Poder Marítimo é composto por todos os recursos de que uma nação dispõe para o uso do mar e de suas águas interiores para fins econômicos, sociais ou militares, de acordo com os objetivos nacionais.²² Portanto, verifica-se que o PN é uma parte da expressão militar do Poder Nacional e da projeção do Poder Marítimo de um Estado.

No Brasil, de acordo com a Doutrina Militar Naval (DMN), a Marinha do Brasil (MB) define o PN como:

“Um dos componentes da expressão militar e integrante do Poder Marítimo do Poder Nacional, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para conquista e a manutenção dos

18 MACEDO, 2012, p.24 *apud* BRECKER e WILKENFELD, 2000, p.69-73.

19 Para efeitos deste trabalho, apenas a expressão militar do Poder Marítimo será abordada.

20 MATTOS, 2023, em 07MAR: durante aula da disciplina Geopolítica do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM/2023).

21 BRASIL, 2007, p.18.

22 *Ibid*, p.17.

Objetivos Nacionais de Defesa²³, [...] sendo composto pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, as estruturas de apoio, de comando e controle²⁴, de logística e administrativa.”²⁵

“O Poder Naval se torna, pois num braço da nação que se deve movimentar quando e onde se fizer necessário para benefício da política nacional.”²⁶ Dentro desse conceito, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece que o PN deve cumprir o conjunto de atribuições definidas por meio de suas tarefas básicas, explorando suas características intrínsecas, quais sejam: mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade. Essas características são indispensáveis aos meios do PN, pois “Ihes proporcionarão, em princípio, as condições necessárias para atender às exigências políticas do seu emprego.”²⁷

A identificação do conceito e do significado de PN tem relação com o tema do presente estudo, pois, a partir deste ponto do trabalho, o leitor terá dimensão dos meios que serão empregados pelo nível político-estratégico nas CPEI, bem como poderá associar o conceito de PN e seu emprego nos tipos de manobras de crise que serão abordados na próxima seção.

2.2.2 Manobras de crise com foco no emprego do Poder Naval

Nenhum país deseja o conflito armado, ou seja, a guerra. Todas as medidas que um Estado adota, na maioria das vezes, na administração de uma CPEI, têm o propósito de evitar o conflito armado. De acordo com os conceitos abordados nas seções anteriores, pode-se afirmar que se uma crise surgiu, rompeu-se o equilíbrio das relações entre os Estados envolvidos, em função dos objetivos políticos-estratégicos de cada um. Face a essa situação,

23 Os Objetivos Nacionais de Defesa são identificados na Política Nacional de Defesa (PND).

24 Sistema de Comando e Controle (C2) – De acordo com a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle, o Sistema de C2 é o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações da sua organização. Esse conceito abrange os três componentes do C2: a) autoridade, legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para a qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle; b) processo decisório, baseado no arcabouço doutrinário, que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessário ao seu cumprimento; c) estrutura, que inclui pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessários ao exercício da atividade de comando e controle. (BRASIL, 2015, p.15.)

25 BRASIL, 2017, p.1-5.

26 PINTO, 1989, p.65.

27 *Ibid*, p.79.

quais são os instrumentos e modos que um País dispõe para administrar a CPEI e atingir, ou, manter seus objetivos políticos-estratégicos?

Nesta seção do capítulo são abordados os conceitos para gerenciamento de uma CPEI, bem como aqueles que um Estado possuidor de PN poderá implementar para empregá-lo como instrumento de resolução da situação.

Em relação ao emprego do PN, cabe observar que, embora uma CPEI possa ameaçar a soberania de um Estado sobre uma região ou seus recursos²⁸, empregar o PN não significa ter a intenção imediata de usar a força contra o oponente, mesmo que em grau limitado, pois dependerá de vários fatores que envolvem essa determinada CPEI.

“Pode parecer, à primeira vista, um paradoxo a menção do emprego diplomático de uma unidade destinada a fazer a guerra. Ninguém conscientemente pode imaginar um canhão como instrumento da diplomacia. Mas, a bem da verdade, os navios de guerra, com seus canhões, mísseis, torpedos, radares e aeronaves são excepcionais instrumentos políticos de um país, especialmente em termos diplomáticos.”²⁹

A gestão de uma crise é atribuição do mais alto escalão do nível político-estratégico, que deve ser assessorado por uma estrutura com nível hierárquico à altura das necessidades de compilação da consciência situacional da autoridade que decidirá. Portanto, a atitude inicial do decisor deve ser a de estabelecer um gabinete de crise, que proporá medidas e ações a serem apreciadas pelo nível político-estratégico.

Ao conjunto dessas medidas, ações e processos dá-se a denominação de manobras de crise, que tem por finalidade, resumidamente, conseguir um final vantajoso da CPEI, evitando o conflito armado.³⁰

O processo de manobra de crise, conforme descrito na DMD, contém três fases descritas e definidas como: Desafio, que é o ato realizado por um Estado contra outro, desencadeando a CPEI; Desenvolvimento, subdividido em reação e confrontação, sendo a reação a resposta ao desafio imposto; e a confrontação, o conjunto de desafios e reações dos atores no decorrer da crise; Resultados finais: subdividido em acordo ou conflito armado.³¹

Durante essas fases, o nível político-estratégico adota reações e confrontações, de acordo com os objetivos nacionais, para distender, estabilizar ou escalar a CPEI, assim

28 PINTO, 1989, p.34.

29 *Ibid*, p.8.

30 BRASIL, 2007, p.29.

31 *Ibid*, p.29-30.

definidos:³² Distender – compreende ações e reações para aliviar as tensões, diminuir riscos da escalada e criar condições melhores para a negociação; Estabilizar – compreende ações e reações para manter a crise no nível em que se encontra, de acordo com os objetivos nacionais desejados, para obter condições de negociação favoráveis em um momento futuro, ou se reforçar militarmente; Escalar – compreende reações e confrontações que provocam o agravamento da crise, podendo ser do tipo ofensiva ou defensiva. No primeiro caso são ações hostis; no segundo, reações ante a provocação, mas com intensidade superior em relação ao desafio feito.

Ressalta-se que, caso o resultado da confrontação seja o conflito armado, a manobra de crise fracassou e a crise atingiu o ápice na escalada. Portanto, na condução de uma CPEI, deve existir proporcionalidade entre a sua causa e os meios empregados para solucioná-la³³, isto é, as reações devem ser proporcionais aos desafios no processo de confrontação até a obtenção de um acordo favorável.

Durante a manobra de crise, o Poder Militar³⁴ de um Estado – o que inclui o PN – pode ser aplicado para pressionar ou obter uma posição mais vantajosa sobre a situação, ainda em continuidade às relações políticas entre os Estados, com o propósito de dissuadir ou compelir o oponente ou agressor indicando-lhe a firme vontade da nação em defender seus interesses e objetivos.³⁵ Tal raciocínio é corroborado por Pinto (1989):

“As forças navais se constituem em excepcionais instrumentos a serem manejados pela Política, principalmente pela capacidade de se fazerem presentes na área em crise e dela poderem retirar-se oportunamente, sem a ocorrência de um engajamento julgado prematuro ou inconveniente. Por outro lado, convertem-se também em valiosos recursos de que dispõe a Política para reforçar a sua ação externamente, seja através da dissuasão e coerção, seja pela persuasão.”³⁶

“Após a Segunda Guerra Mundial, mais de 30 guerras ou conflitos tiveram a participação direta das Marinhas de Guerra. As superpotências empregaram [...] suas forças navais como respaldo à ação política de seus respectivos governos”.³⁷ O uso da Força Naval em manobras de crise não indica falta de recursos políticos, ou atitudes desesperadas na

32 BRASIL, 2007, p.30-31.

33 *Ibid*, p.33.

34 Para efeito deste trabalho, a abordagem será limitada à parcela da expressão militar do Estado que corresponde ao Poder Naval.

35 BRASIL, 2007, p.33

36 PINTO, 1989, p.8.

37 *Ibid*, p.16 Apud GORSHKOV, 1979, p.1 a 59.

resolução da controvérsia, pois seu emprego não retrata um aumento do nível de violência, tendo, em certas situações, o efeito contrário, ou seja, frear os ímpetos e evitar a escalada da violência, pois muitas vezes a omissão leva à contínua deterioração das relações políticas entre os Estados.³⁸

Quando se emprega o PN, há um objetivo político-estratégico a ser alcançado. Ou esse objetivo é para “[...] obter o incremento do prestígio nacional junto a outro país [...]”, ou para “[...] impor a vontade nacional numa questão pendente.” Esse pensamento é retratado enquadrando o emprego do PN em manobras de crise em três modalidades básicas: a presença naval, o apoio e a intervenção direta. Ressalta-se que o uso da violência aumenta à medida que a crise escala no sentido da presença naval para a intervenção.³⁹ Para cada modalidade citada, PINTO (1989) nominou a Força Naval a ser empregada como: Força Potencial (FP)⁴⁰, Força de Apoio (FA) ou Sustentadora e Força de Intervenção (FI), sendo essa última subdividida em Forças Bloqueadora, Definidora, Punitiva ou de Represália e Restauradora.⁴¹

A manobra de crise com o emprego da Força em Potencial é uma reação sem o uso da violência ao desafio, posicionando o componente do PN na área da CPEI com o propósito de dissuadir o oponente de prosseguir com suas intenções. Essa manobra também tem o propósito de distender ou estabilizar a crise, dependendo da percepção dos governantes do Estado desafiante, pois a presença do PN demonstra a intenção do Estado reagente em defender seus objetivos político-estratégicos naquela área.⁴² Utiliza a presença naval como instrumento diplomático.

“A presença naval pode ser visível ou invisível, pequena ou grande, provocativa ou tranquilizadora, dependendo do que convenha melhor os interesses nacionais. Elas podem se situar [...] próximas às áreas potencialmente explosivas sem as complicações políticas associadas com o emprego de forças terrestres.”⁴³

38 PINTO, 1989, p.24.

39 *Ibid*, p.25.

40 Força Potencial não tem relação com o conceito de “Esquadra em Potência”. Essa última se refere à Força Naval em situação de guerra que tem o propósito, por sua presença, de negar a uma Esquadra mais poderosa, evitando a batalha decisiva, o controle de uma certa área marítima. (PINTO, 1989, p.25)

41 *Ibid*, p. 26.

42 *Ibid*, p.27-28.

43 VIDIGAL, 1980, p.26.

O efeito dissuasório que se pretende obter com a essa manobra ocorre após o surgimento da CPEI. Isso significa que a capacidade de dissuasão⁴⁴ prévia, do Estado que foi atingido pelo desafio, foi pouco ou nulamente percebida pelo oponente. Assim, o valor da FP empregada deve ser tal que o valor percebido pelo oponente seja o mais próximo do seu valor real⁴⁵, ou seja, quanto mais convincente for o possível emprego da violência, mais rápido será o reestabelecimento do poder dissuasório do Estado desafiado.

A CPEI conhecida como Guerra da Lagosta, ocorrida de fevereiro a março de 1963, entre o Brasil e a França, foi um exemplo de manobra de crise utilizando a FP. “A França, ao enviar um navio de guerra para proteger seus barcos lagosteiros que operavam na costa brasileira”⁴⁶, deflagrou uma CPEI com tal desafio, cuja reação brasileira, de acordo com seus objetivos nacionais à época, foi enviar e “concentrar, na área, três contratorpedeiros”⁴⁷, ação que atingiu o efeito dissuasório pretendido, sem ter feito uso da violência, com a retirada do navio francês.

“Numa crise em desenvolvimento, quando há necessidade de manter uma força nas proximidades para a proteção dos interesses nacionais, mas há receio de uma posição ostensiva acarrete uma escalada da crise, as forças navais tornam-se um instrumento apropriado, permanecendo em águas internacionais [...] A liberdade dos mares permite às Forças Navais ocuparem posições próximas às áreas da crise, e lá permanecerem por períodos prolongados de tempo [...]”⁴⁸

A manobra de crise utilizando a Força de Apoio (FA) ou Sustentadora consiste em prestar auxílio a um aliado, ou seja, ajudar um dos Estados envolvidos em uma CPEI mostrando ao Sistema Internacional (SI) de qual lado está o país que utilizará a FA. Nessa modalidade, o propósito do emprego do PN também é o efeito dissuasório sem o uso da violência, entretanto, com uma maior pressão e ameaça sobre o oponente, podendo, durante o desenvolvimento da confrontação, distender ou escalar defensivamente a CPEI, em função da percepção do outro partido.

A FA possui graus de comprometimento e de risco maiores do que a FP, à medida que assume postura de participação irreversível, chegando à coerção, correndo os riscos de

44 A dissuasão deve ser percebida pelos atores externos (outros Estados), sendo essa percepção subjetiva e dependente de vários fatores, dos quais a credibilidade das Forças Armadas daquele país a ser desafiado é um dos principais. (VIDIGAL, 1980)

45 VIDIGAL, 1980, p.18.

46 *Ibid*, p.22.

47 PINTO, 1989, p.28.

48 VIDIGAL, 1980, p.26.

escalar para o conflito armado.⁴⁹ É uma manobra típica de países que são, ou desejam ser, protagonistas em um determinado contexto geopolítico e necessitam manter uma postura de influência para garantir a segurança ou estabilidade em certa região de interesse.

A Força de intervenção (FI) empregada na manobra de crise representa o “uso da força contra o oponente”. É uma manobra de escalada que pode ser ofensiva ou defensiva. Tem o propósito de obter um acordo rápido, impondo a vontade política de quem a usa, sendo, na maioria das vezes, “um recurso extremo de que a política lança mão como alternativa final para a solução da CPEI.”⁵⁰ Um Estado poder fazer, por iniciativa política, o uso da FI aplicando uma manobra de escalada ofensiva, isto é, realizar um desafio hostil e provocar uma crise, ou escalá-la caso já exista, com uma manobra defensiva aplicando uma reação à provocação com intensidade superior à ação desafiadora original, com o propósito de exercer a coerção ou coação sobre o oponente.

Os riscos envolvidos da CPEI escapar do controle, empregando a FI, e escalar para a guerra, devem ser compensados pela importância dos interesses e objetivos político-estratégicos envolvidos⁵¹, devendo o nível político-estratégico limitar a extensão da reação, controlando a violência aos níveis compatíveis.⁵²

Para esse tipo de manobra, a opinião pública favorável terá extrema importância. Caso contrário, trará o risco de fracasso da ação ofensiva ou defensiva.⁴⁶ O nível político-estratégico deve ter em consideração que “a manutenção do *status quo* dá certa justificativa à potência que o defende, e as repressões políticas de uma nação coercitiva nesse sentido serão muito menores que no caso de uma alteração da situação reinante.”⁵³

A invasão Argentina nas Ilhas Malvinas, em 1982, foi um exemplo de manobra de crise que empregou a FI em escalada ofensiva, procurando a solução definitiva. Por sua vez, a reação do Reino Unido ao desafio Argentino, foi um exemplo de manobra que empregou a FI em escalada defensiva com uma reação de maior poder de combate do que a do desafiante.

O modo de aplicação da FI, com propósitos defensivos ou ofensivos, pode variar de acordo com as tarefas desempenhadas e os tipos de meios do PN empregados, sendo

49 PINTO, 1989, p.30-31.

50 *Ibid*, p.31.

51 *Ibid*, p.31.

52 *Ibid*, p.32.

53 VIDIGAL, 1980, p.34.

subdividida em Forças Bloqueadora, Definidora, Punitiva ou de Represália e Restauradora, como já mencionado anteriormente, mas agora definidas:

- a) Bloqueadora: tem o propósito de impor a política sobre o oponente, através do isolamento da nação bloqueada. É uma decisão política. O bloqueio tem como característica a necessidade do oponente perceber sua presença na área, sendo normalmente realizado por meios navais de superfície;
- b) Definidora: tem o propósito de definir a situação da CPEI, sob risco de originar ou de escalar a crise. Atua de forma direta sobre o País alvo. Aqui cabe observar que enquanto o processo de emprego da FP não compromete de todo a política nacional, um revés da aplicação da FI Definidora pode ser politicamente irreversível;
- c) Punitiva ou de Represália: tem o propósito de castigar um ato hostil ou evitar que um fato se repita. Normalmente, é empregada por uma nação mais forte contra os mais fracos. É a aplicação da punição como exemplo;
- d) Restauradora: tem o propósito de reestabelecer a política ou regime anterior do País alvo e, também, de neutralizar uma ameaça latente a um governo amigo sem intenção de conquista. Está associado ao caráter ofensivo da FA.⁵⁴

De acordo com o conceito de PN definido na seção anterior, a partir deste ponto do trabalho, torna-se necessário limitar a abordagem, referente aos meios que compõem o PN. Portanto, a abordagem será limitada, ao submarino convencional de propulsão nuclear (SCPN) para manter fidelidade ao objeto de estudo selecionado.

Os conceitos definidos, até aqui, serão relevantes e importantes para o capítulo seguinte e para o capítulo cinco. No capítulo a seguir, será abordada a Crise das Ilhas Malvinas, utilizando os conceitos apresentados, os quais permitirão identificar os erros e acertos do nível político-estratégico do Governo do UK em relação ao emprego dos SCPN da Marinha Real Britânica⁵⁵; no capítulo cinco, os conceitos apresentados serão a base para analisar o objeto de estudo deste trabalho, qual seja as possibilidades de emprego dos SCPN, em eventuais manobras de crise, pelo nível Político-Estratégico brasileiro, comparando-as com as lições aprendidas pelo UK na Crise das Malvinas.

54 PINTO, 1989, p.33-40.

55 Denominada de Royal Navy no seu país de origem – Reino Unido.

3 O EMPREGO DO SCPN PELO REINO UNIDO NA CRISE DAS ILHAS MALVINAS

O presente capítulo aborda a crise das Ilhas Malvinas, que foi a única CPEI contemporânea, após a Segunda Guerra Mundial, na qual um submarino, e nesse caso um SCPN, torpedeou um alvo e o afundou. Nessa CPEI, o exercício do controle desses meios foi efetuado pelo nível político-estratégico do Reino Unido (UK). “O fato constitui exemplo prático gritante da superioridade das submarinos nucleares nos conflitos em grandes espaços marítimos.”⁵⁶

O propósito deste capítulo é analisar as manobras de crise com as quais o nível político-estratégico do governo do UK empregou o PN, com ênfase nos SCPN, na crise das Ilhas Malvinas, identificando os principais erros e acertos, baseados nos conceitos abordados no capítulo dois.

Assim, este capítulo é dividido em três seções: na seção 3.1 são identificados, citados e analisados os principais fatos que deram origem à crise das Malvinas com base nos fatores geopolíticos da História, da Geografia e do Poder; na seção 3.2 é analisado o desenvolvimento da CPEI com base nos conceitos definidos no capítulo dois deste trabalho, com destaque ao emprego do SCPN pelo nível político-estratégico do país detentor dessas belonaves; na seção 3.3 são compilados os principais erros e acertos cometidos pelo nível político-estratégico do governo do UK sobre o emprego dos SCPN nessa crise.

3.1 As origens da crise das Ilhas Malvinas

A crise das Ilhas Malvinas ou Falklands se insere no contexto geopolítico do continente sul-americano, e precisa ser analisada sob três aspectos: o histórico, o geográfico e o de Poder. É o chamado triângulo geopolítico básico.⁵⁷ Portanto, para se identificar e analisar as origens dessa CPEI, que deflagrou o conflito armado entre a Argentina e o UK em 1982, torna-se necessário uma passagem por esses três aspectos do triângulo geopolítico, iniciando pelo aspecto histórico.

56 GUERRA, 1997, p.23.

57 O triângulo Geopolítico básico: História, Geografia e Poder. (MATTOS, 2023). Conceito divulgado durante a aula da disciplina de Geopolítica do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN) em 07MAR2023.

3.1.1 Aspectos históricos

A descoberta das Ilhas Malvinas ou *Falklands* remonta ao século XV com o evento das Grandes Navegações⁵⁸. Os eventos históricos são difusos e cada parte envolvida os descreve sob a respectiva ótica. Do período compreendido entre os anos de 1502 até 1592, há divergências entre a Argentina e o UK sobre quem teria descoberto o arquipélago primeiro. Entre os anos de 1690 até 1816, as ilhas tiveram sua posse revezada entre a Espanha, a França e o UK, até a proclamação da independência das Províncias Unidas do Rio de la Plata, em 1816, quando passaram a se denominar Argentina. A partir desse momento histórico, a Argentina reclamou os direitos territoriais da Espanha como sua herança, sendo a base para a reivindicação desse país pela posse do arquipélago.

Em 1825, o UK reconheceu a independência Argentina, mas não fez menção as *Falklands*.⁵⁹ Em função desse esquecimento, em 1829, o governo argentino nomeou um governador para as ilhas, fato que originou protestos formais, no mesmo ano, pela diplomacia britânica em Buenos Aires.⁶⁰ A posse do arquipélago pela Argentina durou até 1833, quando o UK enviou duas Fragatas com tropas e expulsaram os argentinos das Ilhas, que permaneceram sob domínio britânico até 1982 sem interrupção.⁶¹ Ressalta-se que “A Grã-Bretanha,[...], sempre respeitou no século XVIII os direitos da Espanha nas questões sobre as Ilhas Malvinas e isso só mudaria com o resultado da Batalha de Trafalgar, em 1805, cujo resultado foi adverso a Espanha e a França, então aliados contra a Inglaterra.”⁶²

“Tanto o Reino Unido como a Argentina tentaram justificar as suas reivindicações por meio da complexa história das Ilhas. A cronologia da descoberta, dos assentamentos, dos tratados, dos conflitos, das reivindicações e dos protestos e também o significado da soberania vigente durante os efêmeros momentos de ocupação, foram todos usados.”⁶³

58 Grandes navegações - Foram o processo de exploração do Oceano Atlântico realizado pioneiramente por Portugal no século XV e acompanhado por outros países europeus ao longo do XVI. Levaram a uma série de “descobrimientos” por parte dos europeus e resultaram, por fim, na chegada europeia ao continente americano em 1500. Disponível em <www.historiadomundo.com.br> . Acesso em 07ABR2023.

59 DOBSON, 2007, p. 4. O Coronel-Aviador Willie DOBSON era Adido de Defesa do Reino Unido no Brasil e proferiu uma palestra na EGN com o tema “Antecedentes Político-diplomáticos do conflito das Ilhas Falklands”, em 13AGO2007, transcrita por aquela Escola e utilizada como nota de aula na disciplina Estratégia no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS)/2013.

60 DOBSON, 2007, p. 5.

61 *Ibid*, p. 4.

62 DUARTE, 1986, p.29.

63 DOBSON, 2007, p. 2.

Dando um salto no tempo, em 1965, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou as Ilhas Malvinas como “território a descolonizar” com base na autodeterminação dos povos e reconhecia “a existência de um conflito entre a Inglaterra e a Argentina pela soberania daquela área pela resolução nº 2065/1965⁶⁴.”⁶⁵ Estava oficialmente reconhecida pela ONU a existência da CPEI referente às Ilhas Malvinas.

Ainda em 1965, os representantes dos habitantes das Malvinas informaram a ONU que “desejavam manter sua associação com a Grã-Bretanha, sem se tornarem independentes ou se associarem a qualquer outro país.” Com isso, o UK alegou que a reivindicação argentina era contrária ao princípio da autodeterminação.⁶⁶ Diante desse impasse, a ONU, novamente, aprovou nova resolução, em 1965, que recomendava “aos governantes de Londres e Buenos Aires prosseguirem os esforços para um entendimento pacífico.”⁶⁷ Tal fato provocou diversos encontros bilaterais, entre 1970 e 72, e “continuaram até 1982. No entanto, falharam em reconciliar os princípios contrastantes de integridade territorial e autodeterminação.”⁶⁸

3.1.2 Aspectos geográficos

Com relação ao aspecto geográfico da Geopolítica, por que o UK ocuparia as Ilhas Malvinas? O arquipélago compreende duas ilhas principais⁶⁹ e se localiza abaixo do paralelo de 50° S, a cerca de 400 milhas náuticas (MN) a leste da Argentina e a mais de 7200 MN do UK, conforme se observa na FIG.3 no Anexo. O clima da região é hostil com temperaturas baixas e ventos de moderados a fortes. A vegetação é baixa, o terreno é acidentado e com pouquíssimas estradas⁷⁰, à época, proporcionando difícil locomoção por terra, sendo feita

64 ONU, 1965, Acesso em 07ABR2023.

65 DUARTE, 1986, p. 31.

66 *Ibid.*

67 *Ibid.*, p. 34.

68 DOBSON, 2007, p. 6.

69 O arquipélago das Malvinas é formado por cerca de 200 ilhas menores com área total de 4700 milhas quadradas. As Ilhas Falklands Leste e Oeste são as maiores e as mais importantes.

70 VIDIGAL, 1984, p. 4-5.

71 CARVALHO, 2017, p. 48-49. Rogério do Nascimento Carvalho é mestre em Estudos Marítimos pelo Programa de Pós-Graduação em Estratégias Marítimas (PPGEM) da EGN.

prioritariamente por via aérea. O solo das ilhas é impróprio para a agricultura, predominando a atividade de criação de ovelhas.⁷²

Entretanto, observando o mapa, na FIG.4 a seguir, que mostra o Atlântico Sul, percebe-se a localização estratégica do arquipélago das Malvinas.



FIGURA 4 – Geoestratégia do Atlântico Sul
Fonte: CARVALHO, 2017, p.54 *Apud* Monteiro, 2014.

O arquipélago está próximo ao Estreito de Drake, na ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Para o UK, entre os séculos XV e XIX, a formação do cinturão de ilhas no Atlântico Sul, visto na FIG.4, concretizava a possibilidade de controlar as linhas de comunicações marítimas (LCM), com o propósito de controlar o comércio colonial, além de configurar “excepcional área estratégica de defesa e segurança marítima”⁷³, influenciando o comércio global.

Já no século XX, principalmente no período da Guerra Fria (1946–1991), o controle das Ilhas Falklands, em conjunto com as demais ilhas mostradas, proporcionava não só o monitoramento do Estreito de Drake, formando um triângulo estratégico Drake–Falklands–Península Antártica, mas também o controle das LCM nas rotas vindas do Pacífico e do Cabo

72 CARVALHO, 2017, p.49 *Apud* DUARTE, 1986.

73 CARVALHO, 2017, p.51 *Apud* SILVA, 1984.

da Boa Esperança, que poderiam ser utilizadas pelos submarinos da Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁷⁴, em direção a Europa ou América do Norte.

Somadas às demandas da Guerra fria, existiam ainda duas questões importantes para o UK: a primeira era a suspeita de existir hidrocarbonetos na área das Ilhas e sua ZEE, o que seria excelente para o crescimento econômico dos habitantes e do próprio UK; a segunda, o Tratado da Antártica de 1959⁷⁵, que dava às ilhas uma posição estratégica para o apoio às atividades desenvolvidas no continente Antártico. Portanto, para o UK, embora a mais de 7200 MN de distância das ilhas, nota-se uma importância geopolítica para a manutenção do arquipélago, o que se considera como mais um fator que contribuiu para originar essa CPEI.

3.1.3 Aspectos de Poder

No aspecto geopolítico do Poder, a situação do UK não era confortável. O país, apesar de ser um dos vencedores da 2ª Guerra Mundial contra os países do Eixo⁷⁶, sofria grandes perdas políticas com vários processos de independência de suas colônias, desde 1947 iniciando pela Índia, depois em 1956 com a perda do controle do Canal de Suez, acarretando a diminuição da influência britânica no mundo. Somado a esse contexto, a situação “da Rodésia⁷⁷, em 1979–80, possuía prioridade na agenda diplomática” do UK.⁷⁸

Na questão das Malvinas, propriamente dita, as negociações não andaram. Com isso, em 1977, foram realizadas novas conferências conjuntas sobre a soberania das ilhas, mas não houve êxito. Após esse fracasso, o UK resolveu enviar uma Força Tarefa composta por

74 CARVALHO, 2017, p.54 *Apud* FRIEDMAN e GAMBA, 2012.

75 Tratado da Antártica – também conhecido como Tratado de Washington. Em 1959, 12 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e Rússia), em comum acordo, assinaram o chamado Tratado da Antártica que, em junho de 1961, entrou em vigor. Esses países receberam o status de membros signatários originais. O Brasil, reconhecendo a relevância e a amplitude da influência Antártica para o desenvolvimento nacional, aderiu ao Tratado em 1975. Esse Acordo, veda a apresentação de novas reivindicações ou ainda ampliação das reivindicações existentes relativa à soberania territorial. O Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado Antártico, também conhecido como Protocolo de Madri, estabelece que os países que desenvolvem atividades na Antártica se comprometem a dialogar sobre o uso do continente, com o propósito de preservá-lo e de não permitir que se torne objeto de discórdia internacional.(SECIRM, acesso em 07ABR2023)

76 Países do Eixo na 2ª Guerra Mundial: Alemanha, Itália e Japão.

77 A Rodésia se tornou independente do Reino Unido em 1980, após a guerra civil de 1964 a 1979, a partir de um acordo de paz – Acordo de Lancaster House – e a realização de eleições universais. Após a Independência, o país passou a se chamar Zimbábue.

78 DOBSON, 2007, p. 13.

duas fragatas, dois navios de apoio logístico e um SCPN para a região das Malvinas, longe o bastante para evitar a detecção pelos argentinos.⁷⁹ Embora o UK tenha avisado sobre a presença dessa força, e sem mencionar o SCPN, a falta de percepção da presença da FP utilizada, tampouco avistada, teve como consequência um efeito dissuasório totalmente nulo. Ademais, essa foi a última vez, até 1982, que forças navais britânicas eram enviadas à região.

Os cortes orçamentários eram evidentes. O governo britânico anunciava redução no efetivo dos meios navais. Em 1981, a Marinha Real anunciou a aposentadoria do *HMS Endurance*⁸⁰ após a temporada 1981–82, além da redução do número de escoltas – de 64 para 50 fragatas.⁸¹ Para 1982, estava prevista a “desativação de uma parte substancial de sua força naval de superfície, tendo sido a informação divulgada pela imprensa britânica à época.⁸²

Durante o período de 1970 a 1980, o Ministério das Relações Exteriores do UK fez várias propostas ao governo argentino sobre as Ilhas, sendo uma delas um acordo de *Lease-back*⁸³, com duração de 99 anos, mas o parlamento britânico e os habitantes das ilhas não apoiaram a ideia. Tampouco Buenos Aires gostou, que, aparentemente, concordava em manter as negociações.⁸⁴

Todo esse contexto dava ao governo argentino a percepção de que o poder e a influência do Império Britânico estavam em declínio, e que o UK não possuía mais interesses na região das Malvinas. Do ponto de vista britânico, uma possível perda das Ilhas Falklands provocaria uma queda da credibilidade do Império perante o conserto das nações, mas principalmente para suas colônias restantes, a URSS, a OTAN⁸⁵ e a *Commonwealth*⁸⁶, em um

79 DOBSON, 2007, p.10.

80 HMS *Endurance* era o navio de Apoio Antártico e era sediado em Port Stanley – Falklands. Era a única presença da Marinha Real na região e símbolo de apoio aos habitantes do arquipélago.

81 DOBSON, 2007, p. 16.

82 DUARTE, 1986, p. 56.

83 *Lease-back* foi um acordo de arrendamento proposto pelo qual o UK utilizaria o arquipélago das Malvinas economicamente por 99 anos, sendo a soberania passada ao governo argentino após esse tempo.

84 DOBSON, 2007, p. 13.

85 Durante a Guerra Fria, a *Royal Navy* auxiliou a OTAN e sua estratégia na defesa da Europa Ocidental que era a preocupação mais próxima e mais importante dos britânicos. (CARVALHO,2017, p. 67 *Apud* FINLAN, 2004)

86 A *Commonwealth* é uma das mais antigas associações políticas de Estados do mundo. Suas raízes remontam ao Império Britânico, quando países ao redor do mundo eram governados pela Grã-Bretanha. Desde 1949, países independentes da África, Américas, Ásia, Europa e Pacífico se juntaram à *Commonwealth*. A adesão hoje é baseada na cooperação voluntária livre e igualitária. Hoje é uma associação voluntária de 56 países independentes e iguais. (Tradução do autor) Disponível em:

contexto geopolítico bipolar e com insurgências coloniais fundamentadas na autodeterminação dos povos, a qual era defendida pela ONU.

A posição delicada do UK, perante o cenário internacional, foi endossada pela 1ª Ministra Sra. Margareth Thatcher em seu discurso no Parlamento sobre quais ações poderiam ser realizadas para a retomada das ilhas, após a invasão argentina às mesmas: “Nós poderíamos, e na minha opinião [...] deveríamos, porque se não fizermos ou se não alcançarmos sucesso completo, daqui há alguns meses, estaremos vivendo em um país diferente, cuja palavra valha pouco.”⁸⁷

Nota-se, portanto, a importância do aspecto geopolítico do Poder na origem dessa CPEI, que contribuiu para a reação britânica à agressão argentina.

3.2 O desenvolvimento das manobras de crise e o emprego dos SCPN

Como a origem histórica da Crise das Ilhas Malvinas, já abordada na seção anterior, remonta o século XV, nesta seção a abordagem temporal está limitada entre 1967 até o término da crise em 1982, em função do “planejamento da Marinha Real que previa a possibilidade de uso dos SCPN em um cenário em que os argentinos invadissem as ilhas.”⁸⁸

A estratégia e a diplomacia de ambos os países levaram à escalada máxima dessa CPEI. No final da década de 70, um diplomata britânico resumiu o problema das Falklands: “UK estava tentando apaziguar simultaneamente as Ilhas Falklands de um lado e os argentinos do outro, independente das inconsistências a que estamos sendo levados.”⁸⁹

Em 1975, o governo do UK enviou Lorde Shackleton como representante para “examinar todos os recursos, tantos conhecidos como desconhecidos, da Colônia e das dependências, bem como o potencial para desenvolvimento econômico.” O governo queria avaliar a viabilidade de longo prazo das Ilhas para demonstrar e impressionar os argentinos quanto aos benefícios da cooperação que fora proposta na época.⁹⁰ Entretanto, esses sinais foram mal interpretados em Buenos Aires, tendo o governo argentino chamado de volta o

<<https://thecommonwealth.org/>>. Acesso em 08ABR2023.

87 DOBSON, 2007, p. 10.

88 GALANTE, 2021. Alexandre Galante é Ex-Oficial da Marinha do Brasil e atualmente é jornalista independente especializado em Aviação & Defesa, sendo autor em Poder Naval.

89 DOBSON, 2007, p.6.

90 *Ibid*, p.7.

seu Embaixador em Londres, bem como tentado apreender o navio em que o Lorde Shackleton estaria embarcado.

Tal fato gerou um grave incidente diplomático, escalando a crise, pois os argentinos dispararam contra o navio errado, um barco pesqueiro de nome *Shackleton*. Enquanto o representante inglês embarcara no *HMS Endurance*.⁹¹ Aparentemente, tudo ficou no âmbito diplomático sem maiores reações britânicas ao desafio argentino.

Ainda em 1975, os argentinos povoaram uma parte das Malvinas, inclusive com algumas unidades de tropa, com intenção de pressionar o governo de Londres, o qual enviou uma alerta via seu Embaixador: “o governo argentino deve entender claramente que um ataque às Ilhas encontrará resposta militar.”⁹²

Em função desses dois incidentes, o Primeiro-Ministro inglês determinou o envio de um navio escolta para as Ilhas, mas em sigilo, sendo alertado pelo Ministra da Defesa (MD) de que apenas um navio não faria frente a qualquer agressão argentina. Decidiu-se desembarcar 30 Fuzileiros Navais nas Ilhas como elemento dissuasório.⁹³

O nível político-estratégico do governo inglês demonstrou que não conhecia as potencialidades e, tampouco as capacidades do PN de seu país. Além disso, não tinham alinhamento de opiniões para distender essa CPEI. Havia uma grande preocupação do governo britânico de que qualquer força naval enviada à região escalaria a crise com a Argentina. Outrossim, o MD estava preocupado com os gastos financeiros com a permanência de unidades navais nas Falklands.

Em 1977, a Comissão Conjunta de Inteligência do governo britânico recebera dados sobre planos navais argentinos para uma ocupação forçada das Falklands, que seria acompanhada de um apelo a uma intervenção da ONU. Tais informações foram classificadas como não confiáveis pelo UK e, em resposta, “foi decidido que seria divulgado que uma força-tarefa estava navegando no Atlântico e que poderia ser desviada se necessário.”⁹⁴ Tal divulgação não incrementou o poder dissuasório, já fracamente percebido pelos argentinos, uma vez que não se avistava a presença de nenhuma força naval.

91 DOBSON, 2007, p.8.

92 *Ibid.*

93 *Ibid.*

94 *Ibid.*, p.10.

Ainda no final de 1977, como mencionado na seção anterior do capítulo, a nova FP enviada em sigilo pelo governo britânico à região causou efeito dissuasório nulo, novamente com sua presença despercebida pelos argentinos, gerando discussões entre os integrantes do nível político-estratégico sobre as tarefas que essa força deveria ter desempenhado, principalmente em relação às regras de engajamento para o SCPN que não eram claras. “Enquanto o Ministro das Relações Exteriores afirmava que o submarino estava lá para afundar qualquer navio argentino que demonstrasse intenções hostis [...] o Comandante da Marinha Real afirmava que as regras de engajamento estavam baseadas no mínimo de força, em resposta a atos hostis.”⁹⁵

O HMS Dreadnought, o primeiro SCPN da Marinha Real Britânica, permaneceu, em sigilo, por 9 semanas na região das Malvinas, tendo recebido ordens de “estabelecer uma presença na área das Ilha Malvinas e suas dependências para proteger as vidas e propriedades britânicas, impedindo ou combatendo a agressão argentina.”⁹⁶ Essa FP, que não teve divulgação de sua presença, não distendeu a crise como os ingleses planejaram.

Até meados do ano de 1978, a crise se estabilizou, pois o governo argentino se preocupava com a contenda com o Chile, referente ao Canal de Beagle, e com a Copa do Mundo a qual sediava. Entretanto, no final daquele ano, os argentinos anunciaram o retorno ao povoado, anteriormente estabelecida nas ilhas, por razões científicas em apoio ao programa antártico. Ressalta-se que esse povoado era mantido em sigilo pelo governo britânico para evitar constrangimentos perante o Parlamento, em função de sua descoberta tardia.⁹⁷ O MRE solicitava, com certa urgência, o emprego de um SCPN na região por um período de tempo considerável⁹⁸, com claro posicionamento para aumentar o poder de dissuasão, desde que a presença do SCPN fosse anunciada para atingir o fim político desejado. Contudo, o MD não gostou da ideia alegando: razões operacionais, pois não conseguiriam manter comunicações 24 horas por dia com Londres; e logísticas, na medida em que comprometeria o apoio prestado a OTAN, uma vez que para manter pelo menos um SCPN permanentemente na zona de patrulha nas Malvinas, significava alocar sempre três

95 DOBSON, 2007, p.11.

96 GALANTE, 2021.

97 DOBSON, 2007, p.12.

98 *Ibid*, p.12.

submarinos, em um total de seis, para essa tarefa. Para o MD, “uma força naval séria não poderia permanecer em sigilo e a escalada de níveis de força seria inevitável.”⁹⁹

Percebe-se que o MD, membro de alto escalão do nível político-estratégico do governo do UK, não sabia como empregar o PN de seu país diplomaticamente, por meio de uma FP, tampouco explorar o emprego de seus SCPN, para incrementar a dissuasão, com o receio de uma escalada da crise. Tal comportamento dava aos argentinos a percepção de fraqueza militar, desinteresse pelas Ilhas Malvinas e a falta de determinação para defender os interesses britânicos na região.

Em 1979, a Sra Margaret Thatcher assume o cargo de Primeira Ministra do governo britânico e declara que a soberania das Ilhas Falklands “deverá permanecer sob o Governo de Sua Majestade enquanto os habitantes assim o quiserem”. Todavia, se colocou pronta para negociar com os argentinos se esses garantissem os direitos dos ilhéus.¹⁰⁰

Em dezembro de 1981, assume no governo da Argentina uma nova Junta Militar que era mais impaciente com o arrasto das negociações dessa CPEI. Em seu discurso de posse, o então Presidente General Galtieri declarou:

“No plano da política externa, creio convenientemente ressaltar que a situação argentina em relação ao mundo não é mais compatível com as posições equívocas ou cinzentas, suscetíveis de debilitar a nossa raiz ocidental, nem com devaneios, nem com coquetismos ideológicos que possam desnaturar os interesses permanentes da nação.”¹⁰¹

Em janeiro de 1982, a Junta Militar decide reativar as negociações ao mesmo tempo que preparavam um plano de invasão as Malvinas em caso de falha da diplomacia.¹⁰² As negociações passavam ao governo britânico a impressão de que a CPEI estava sendo distendida, pois os diplomatas argentinos desconheciam os planos dos seus Chefes de Governo. Em março daquele ano, a Junta deu um ultimato ao UK: “a Argentina reserva o direito de encerrar o trabalho deste mecanismo e livremente escolher o procedimento que melhor atenda os seus interesses.”¹⁰³ A crise escalara para surpresa dos britânicos.

O governo britânico apelou diplomaticamente sobre vários incidentes envolvendo os argentinos nas Malvinas. Para os órgãos de inteligência do UK, com exceção dos serviços de

99 DOBSON, 2007, p.12.

100 *Ibid*, p.12.

101 PINTO, 1989, p.53.

102 DOBSON, 2007, p.18.

103 *Ibid*, p.19.

inteligência militares, a “Argentina não faria nenhum movimento se a Grã-Bretanha não fizesse nenhum movimento.”¹⁰⁴ A consequência desse assessoramento foi a imobilização do PN do UK em termos diplomáticos. Nenhum meio naval, principalmente o SCPN, foi ostensivamente empregado, fosse em uma FP, fosse em uma FI de Represália em prol dos interesses do UK na região.

Entre março e abril de 1982, a imprensa argentina fazia propaganda sobre possíveis ações militares. A opinião pública argentina havia sido mobilizada favoravelmente, dando a oportunidade do governo de Buenos Aires empregar as Forças Armadas, principalmente a Marinha em uma FI Definidora.¹⁰⁵ A informação recebida pelo governo do UK, em 29 de março, de que um submarino argentino estava em operação a leste de Port Stanley deu o sinal de alerta. A Primeira-Ministra solicitou apoio sigiloso na região e o *HMS Spartan*, um SCPN, foi preparado para suspender da base de Gibraltar, a partir de 01 de abril com estimativa de chegada as Falklands no dia 11¹⁰⁶. Essa ação representa o correto repositonamento estratégico do submarino na área de crise, explorando sua mobilidade¹⁰⁷, para atuar como uma FP ou uma FI de Represália conforme o desenvolvimento da CPEI. Um segundo SCPN, o *HMS Splendid*, após receber dotação de guerra, suspendeu da base em *Faslane*, também em 01 de abril, rumo Sul.¹⁰⁸

A intenção do UK era divulgar a presença dos SCPN na região após o posicionamento deles, empregando-os como uma FP, inicialmente, e mostrando a firme posição do Estado sobre a questão das Malvinas¹⁰⁹. Entretanto, a informação do suspender de um quarto SCPN, o HMS Superb, que na verdade estava designado para o Norte em missão para rastrear submarinos da Ex-URSS, vazou para a imprensa britânica por meio de um político do Parlamento, provocando uma inquietação na Junta Militar que acelerou os planos argentinos de invasão. Era uma preocupação do Comandante da Marinha Argentina efetuar a operação naval antes da chegada dos SCPN ingleses na região.¹¹⁰

104 DOBSON, 2007, p.21.

105 *Ibid.*

106 *Ibid*, p.22.

107 O Comandante do HMS Spartan, James Taylor, relatou que o submarino partiu para o Atlântico Sul a 28 e 29 nós de velocidade, completamente surdo, como uma bala. (GALANTE, 2021).

108 GALANTE, 2021.

109 O Governo britânico conserva a posição dos seus submarinos nucleares como um dos mais caros segredos de Estado. Sua posição sempre envolve um propósito político e outro estratégico, ou eventualmente, uma ameaça. (PINTO, 1989, p.301.)

110 DOBSON, 2007,p.23.

Durante toda a manobra de crise das Malvinas, até a invasão propriamente dita, houve divergência de entendimentos entre os integrantes do nível político-estratégico, principalmente entre o MD e o Comandante da Marinha Real. O primeiro possuía postura ultraconservadora e pouco conhecia sobre o emprego do PN para fins diplomáticos; o segundo, após retornar de uma viagem em 31 de março, percebeu uma “clara ameaça a um território exterior britânico”, e declarando “qual era a razão de ter uma Marinha de Guerra se não fosse usada para estes tipos de coisas?”, assessorou a Primeira-Ministra que “seria necessário preparar para retomar as ilhas já que não seria possível evitar a invasão.”¹¹¹

Em 2 de abril, os argentinos invadiram as Ilhas Malvinas e o UK rompeu relações diplomáticas com a Argentina.¹¹² No dia seguinte, o UK conseguiu convocar uma Assembleia Geral na ONU, a qual emitiu a Resolução nº 502, conclamando para a retirada imediata das tropas argentinas das ilhas, pelo fim das hostilidades e continuidade das negociações diplomáticas entre os Estados parte.¹¹³

A partir desse momento, com a escalada da CPEI e o desafio hostil realizado pela Argentina, o governo britânico estabeleceu um gabinete de crise, que foi nomeado de Subcomissão de Defesa e Política Exterior, estabelecendo as Relações de Comando, tendo o controle político-estratégico sido “exercido por meio das discussões sobre as regras de engajamento.” Entretanto, a única gerência operacional do nível político-estratégico foi em relação ao emprego dos SCPN, os quais não ficaram subordinados ao Comandante da Força Naval Componente, mas sim ao Comandante Geral da Força-Tarefa Conjunta que estava ligado diretamente ao Chefe do Estado-Maior de Defesa em Londres.¹¹⁴ Isso demonstra a importância estratégica do emprego dos SCPN e a preocupação do nível político-estratégico com eles. Em função de “problemas de comunicações a [...] utilidade dos SCPN foi seriamente restringida.”¹¹⁵

O terceiro SCPN, o *HMS Conqueror*, suspendeu também de *Faslane* (Escócia), em 4 de abril, e seguiu para a região das Falklands. Com três SCPN posicionados na área, com estimativa de chegada a partir de 12 de abril, foi criada e anunciada uma Zona de Exclusão

111 DOBSON, 2007, p.24.

112 PINTO, 1989, p.239.

113 CARVALHO, 2017, p.46-47.

114 PINTO, 1989, p.304.

115 DOBSON, 2007, p.28.

Total (ZE)¹¹⁶ de 200 MN em torno das Falklands. A missão dos SCPN na ZE era vigiar as forças argentinas com coleta de informações sobre os movimentos navais. As únicas regras de engajamento eram as de usar a força em autodefesa e “devolver fogo na extensão mínima necessária caso os argentinos atacassem o *HMS Endurance*.”¹¹⁷

Nessa CPEI, há duas peculiaridades em relação aos SCPN: a primeira é o emprego de três SCPN em uma FI Bloqueadora, que deveria ser percebida visualmente pelo adversário, mas foi anunciada pelo governo britânico, em função da característica da ocultação desses meios navais, com o propósito de incrementar o poder dissuasório na região; a segunda, o uso dessa FI Bloqueadora com caráter defensivo empregando os SCPN – meios navais ofensivos por concepção, em virtude das regras de engajamento determinadas a eles pelo nível político-estratégico. Dada a mobilidade característica dessas belonaves, o UK estabeleceu uma ZE ao redor das ilhas apenas 10 dias após terem sido invadidas.¹¹⁸ A FIG.5, no Anexo, ilustra a ZE em torno das Ilhas Falklands. Tanto a criação da ZE, como também as restrições ao engajamento impostas aos SCPN foram manobras que limitaram a extensão e intensidade da reação britânica ao desafio argentino, com o propósito de evitar a perda de controle na escalada da crise.

As possíveis mudanças nas regras de engajamento dos SCPN dependiam do estabelecimento de comunicações entre esses e o governo em Londres. No caso do ataque ao cruzador *ARA Belgrano*, efetuado pelo *HMS Conqueror*, a autorização foi efetivada pelo nível político-estratégico, mas não foi imediata, tendo a resposta demorado a chegar no submarino, o que poderia ter provocado a perda da janela de ataque. Os Comandantes dos *HMS Spartan* e *HMS Splendid* relataram que ao receberem a autorização para atacarem o Navio-Aeródromo (NAe) *ARA Veinticinco de Mayo*, seguiram rapidamente para a posição recebida, mas o alvo se afastara para área costeira restrita a ataques pelas regras de engajamento.¹¹⁹ Um processo de Comando e Controle (C2) com mais rapidez poderia ter mudado a história dessa CPEI e do NAe *ARA Veinticinco de Mayo*.

116 A partir da criação da ZE, quaisquer navios de guerra e auxiliares argentinos encontrados dentro dessa zona seriam tratados como hostis e seriam atacados pelas forças britânicas. Tal ZE não prejudicava o direito do UK de tomar quaisquer medidas adicionais necessárias ao exercício do seu direito de legítima defesa nos termos do Art.51 da Carta das Nações Unidas. Cabe notar que, como o UK não emitiu uma declaração formal de guerra a Argentina, teria usado a expressão ZE e não bloqueio naval. (PINTO,1989, p.304.)

117 GALANTE, 2021.

118 *Ibid.*

119 *Ibid.*

Depois do anúncio da ZE, as operações navais argentinas cessaram dentro da mesma e se restringiram nas proximidades da costa argentina. “A ação submarina foi tão eficiente que obrigou a Argentina a usar somente aviões C-130 para abastecer suas tropas na ilha.”¹²⁰

Há divergências na literatura se o UK realmente deslocara três, quatro, ou apenas um SCPN – o *HMS Conqueror* – para as Ilhas Falklands, divulgando a ZE e a presença numerosa dos SCPN, politicamente, para obter capacidade dissuasória na região. “Acredita-se que, pelo menos, um dos submarinos britânicos foi usado na proteção antissubmarino dos Navios-Aeródromos.”¹²¹ Entretanto, a certeza da existência de um submarino numa área se dá com sua detecção visual, ou com o torpedeamento de um navio. Portanto, a análise do emprego dos SCPN pelo nível político-estratégico do governo do UK foi baseada nos relatos daquele governo constantes na literatura.

3.3 Os erros e acertos do nível político-estratégico do UK no emprego dos SCPN nas manobras da crise

Na seção anterior, foram abordados os principais fatos da CPEI das Ilhas Malvinas que envolveram decisões no nível político-estratégico para o emprego do PN, principalmente em relação aos SCPN, na gestão dessa crise. Nesta seção, são compilados os erros e acertos mais relevantes cometidos pelo nível político-estratégico do governo do UK no desenvolvimento das manobras dessa CPEI.

Os fatos anteriormente citados mostram qual foi a postura adotada pelo governo britânico no desenvolvimento dessa crise. Diplomáticamente, o UK contribuiu para deteriorar as relações entre os Estados e anulou a percepção argentina com relação à capacidade dissuasória britânica, culminando em uma escalada máxima da crise.

O governo do UK demorou a perceber a ameaça argentina a sua soberania sobre as Ilhas Malvinas. Não houve, inicialmente, uma postura política firme e forte do nível político-estratégico que pudesse assegurar a credibilidade de suas intenções quanto ao arquipélago e seus objetivos nacionais. Um dos principais erros do UK foi deixar as Falklands em segundo plano no contexto de sua política externa, para priorizar os compromissos com a OTAN frente

120 GUERRA, 1997, p.22.

121 VIDIGAL, 1984, p.112.

a URSS no Norte. “Por maiores e mais fortes que sejam os laços que unam o país a qualquer bloco a que pertença, sua estratégia não pode ficar restrita a uma atuação comum [...] mas deve orientar-se para os interesses próprios.”¹²²A soberania de um Estado não pode se subjugar a interesses de blocos ou alianças.

Associado a essa postura de olhar sempre para o Norte, o anúncio da redução da força militar deu a Argentina a percepção de que os britânicos não teriam capacidade e vontade para reagir a uma tomada das ilhas. Afinal, houve vários incidentes diplomáticos envolvendo as Malvinas com a reação britânica efetuada apenas no nível diplomático por meio de seu MRE.

O governo do UK deixou de aproveitar, ou desconhecia como empregar seu PN na chamada Diplomacia Naval. Ironicamente, o MRE solicitou algumas vezes a Presença Naval na região, o que foi negado pelo MD pelas razões já descritas. O nível político-estratégico do MD não utilizou as potencialidades do seu PN para elevar a capacidade dissuasória inglesa nas ilhas, não aplicando o conceito da FP que tem a dissuasão em sua essência.

Com o receio de escalar a crise, forças navais, incluindo um SCPN, foram deslocadas para a região das ilhas em total sigilo, o que contraria o princípio da presença naval, ou seja, ser visto ou saber de sua existência no local. Vários autores avaliam que caso houvesse sido projetado, na área em questão, o PN britânico superior ao argentino, principalmente os SCPN com o anúncio de sua presença, “certamente teria exercido uma dissuasão efetiva sobre a Argentina.”¹²³

“Em tempo de paz, o emprego da força naval de forma adequada traduz, antes de tudo, o acerto político em lançar mão deste instrumento em defesa dos interesses nacionais, ao invés de se omitir ou assistir passivamente à contínua deterioração das relações políticas entre os Estados.”¹²⁴

“A passividade diante de uma possibilidade pode ser motivadora.”¹²⁵ Assim o foi para a Argentina, despertando a cobiça ou intenções sobre objetivos político-estratégicos e recursos britânicos na região. Até 1978, todas as manobras de crise, empregando incorretamente a FP, falharam para distender a crise. Portanto, faltou a FP e sua presença naval para evitar a CPEI.

122 VIDIGAL, 1984, p.136

123 PINTO, 1989, p.69.

124 *Ibid*, p.24.

125 *Ibid*, p. 21.

Em 29 de março, a tardia percepção do UK de ameaça de sua soberania nas Ilhas, representada pelos sinais da iminente invasão argentina a elas, teve como consequência a demonstração da firme vontade do Estado, em relação aos seus interesses político-estratégicos na região, refletida pela determinação pelo mais alto escalão do governo britânico de enviar e pré posicionar, nas Falklands, três SCPN com o propósito de incrementar a capacidade dissuasória perdida. Tal reação britânica pode ter sido tardia, na medida em que não impediria mais a invasão, mas explorou corretamente a capacidade de mobilidade estratégica dos SCPN, estabelecendo uma ZE 10 dias após a invasão. O grau de prontidão da Força Naval daquele país, somado à mobilização nacional demonstraram o real poderio do UK.

Mesmo com a chegada desses meios na região ter ocorrido após a invasão, a intenção do UK era empregá-los em uma FI Bloqueadora Defensiva, por meio de uma ZE total sob regras de engajamento restritas, para limitar a área e a intensidade das ações, com o propósito de evitar a escalada da violência para o continente. Cabe ressaltar que, se no desenvolvimento das ações, a situação desfavorecesse as forças britânicas, eventuais alterações nas regras de engajamento possibilitariam o emprego dos SCPN em uma FI de Represália, explorando as características ofensivas desses meios, que já estariam posicionados na área de interesse.

Já na fase de escalada máxima da crise, na operação de retomada da Ilhas, foi percebida a falha no planejamento do processo de mudança das regras de engajamento dos SCPN, uma vez que alterações nas mesmas exigiam um processo de C2 rápido o suficiente para evitar o afastamento do alvo da área de engajamento autorizada. Apesar das comunicações pelo canal satelital terem funcionado, embora relatos de alguns problemas, e terem se mostrado de suma importância para o êxito na operação e para o controle dos SCPN pelo nível político-estratégico, as respostas aos pedidos de autorização de engajamento não chegaram aos submarinos com a velocidade necessária.

Apesar desse atraso no processo de C2 não ter comprometido o engajamento do SCPN *HMS Conqueror* com o Cruzador *ARA Belgrano*, impossibilitou o ataque dos *HMS Splendid* e *HMS Spartan* ao NAe *ARA Veinticinco de Mayo*. A FIG.6, no Anexo, ilustra a derrota do *HMS Splendid* durante a procura pelo NAe argentino. Portanto, o nível político-estratégico poderia ter determinado as regras de engajamento com maior grau de liberdade de ação

para os SCPN, mitigando possíveis atrasos do processo de C2, principalmente em relação à tomada de decisão.

Ainda com relação ao recebimento de mensagens da cadeia de Comando pelos SCPN durante as ações, cabe ressaltar que, normalmente, os submarinos cumprem horários pré definidos para esse tráfego de comunicações, necessitando permanecer em cotas de operação mais rasas, ou até mesmo na cota periscópica expondo mastros. Tal fato pode não ser possível, em função da situação tática em que o submarino se encontrar, cabendo ao seu Comandante a decisão de cumprir, ou não, o horário do tráfego de mensagens, em prol da segurança do submarino e sua tripulação à despeito do cumprimento da missão. Portanto, todos os níveis de Comando, sob os quais os submarinos estiverem subordinados em uma operação, devem fornecer, aos seus submarinos, na medida do possível, regras de engajamento o mais completas e precisas que puderem, pois esses talvez não consigam recebê-las no tempo necessário para cumprir o efeito desejado do nível político-estratégico.

A análise da CPEI das Ilhas Malvinas, principalmente em relação às manobras de crise realizadas, pelo nível político-estratégico do governo do UK, empregando o PN com ênfase nos SCPN, possibilitou identificar os erros e acertos das citadas manobras. Esses dados serão importantes para o presente trabalho no capítulo cinco, quando serão comparados com a contextualização da realidade brasileira, a qual é abordada no capítulo a seguir, para analisar as possibilidades de emprego dos SCPN pelo nível político-estratégico brasileiro em manobras de crise.

4 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um país continental e, sobre o seu mapa, pode acomodar todos os países da Europa. Maior país da América do Sul, com um território que se estende por cerca de 47% da porção centro oriental do continente, possui 15 mil Km de fronteira terrestre e 10 mil km de fronteira marítima¹²⁶, essa última junto ao Oceano Atlântico. Esse gigante sul-americano possui diversidades de clima, relevo, vegetação, densidade demográfica e níveis de industrialização em suas regiões, o que significa a existência de vários contextos distintos que compõe a realidade brasileira, cada um com um enorme cabedal de conteúdo a ser estudado e abordado.

Entretanto, a maior parte do território brasileiro possui uma característica comum, qual seja a ocupação litorânea. Grande parte da população reside na faixa de até 200 km da costa. São 17 Estados litorâneos, correspondente à 63% do total, 280 municípios defrontados para o mar, os quais têm participação de cerca de 78,3% na economia nacional e em termos populacionais, o que inclui 13 regiões metropolitanas e diversas capitais nacionais com uma diversidade de atividades econômicas on e offshore, como a pesca, o turismo, a aquicultura, a exploração de petróleo e gás e a construção naval, por exemplo.¹²⁷

Esses números e estatísticas demonstram o papel histórico fundamental e a importância e a relevância do mar para o desenvolvimento do País. Do mar vieram nossos descobridores e colonizadores, os primeiros invasores do Brasil Colônia e a maioria das ameaças e hostilidades que obrigaram o Estado a entrar em guerras no passado. Pelo mar, o País faz fronteira com os demais países litorâneos. Assim, no presente capítulo, é limitada e efetuada a abordagem da realidade brasileira em relação ao mar e dividido em duas seções:

¹²⁶ IBGE, 2020. Com a utilização de um conjunto de modernas tecnologias geoespaciais, o IBGE atualizou a extensão da faixa de fronteira do Brasil com os países da América do Sul. Houve aprimoramentos na divisa no trecho do Uruguai até a Bolívia, mas sem ganho de território para nenhum dos países, apenas o delineamento mais preciso dos contornos. A medição atual foi realizada a partir do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) e o cálculo de áreas foi feito por geoprocessamento. O IBGE já havia calculado a área da faixa de fronteira em 1941, utilizando tecnologias disponíveis à época. Acesso em 21ABR2023.

¹²⁷ SANTOS et al, 2023. Acesso 20ABR2023. Thauan Santos é Professor Adjunto de Economia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN) e Coordenador do Grupo Economia do Mar (GEM). Economista (UFRJ), mestre em Relações Internacionais (PUC-Rio) e doutor em Planejamento Energético (COPPE/UFRJ). Andréa Bento Carvalho é Professora Adjunta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (ICEAC/FURG). Doutora em Economia pela PUCRS (2018). Mestre em Geografia pela FURG (2011). Economista pela Universidade Federal de Pelotas (2008).

a primeira aborda o uso do mar pela sociedade e seu potencial de riquezas e recursos vivos e não vivos; a segunda versa sobre as possíveis crises por cobiça e ameaças a esses recursos.

4.1 A importância do uso do mar e os seus recursos

“A vida humana começou no mar e desde sempre foi dominada por ele. O mar é crucial para nosso estilo de vida, e para nossa sobrevivência como espécie.”¹²⁸(Tradução do autor) Na visão russa, “a importância do oceano não pode ser subestimada em relação ao desenvolvimento de poder e riqueza do Estado [...] Países com elevada mentalidade marítima se tornaram economicamente mais fortes do que outros.”¹²⁹ (Tradução do autor). Ao longo dos séculos, a evolução tecnológica permitiu ao homem aprimorar a capacidade de utilizar o mar e seus recursos, ocupando cada vez mais o espaço marítimo. Essa expansão da ocupação gerou crises e guerras ao longo da História, o que provocou a regulamentação do seu uso por parte dos Estados no âmbito dos organismos internacionais, como a ONU, e fez surgir um novo conceito – Oceanopolítica¹³⁰ – que se refere à ocupação do mar como um espaço, e torna a delimitação dos espaços marinhos fundamental para a segurança internacional e o uso pacífico do mar.

Assim, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, estabeleceu conceitos importantes para balizar esses espaços, dentre os quais destacam-se: águas interiores, mar territorial (MT), zona contígua (ZC), zona econômica exclusiva (ZEE), plataforma continental (PC) estendida e alto-mar. No caso do Brasil, todo o espaço formado pelos MT, ZC, ZEE e PC, é denominado de Amazônia Azul¹³¹, e compreende a superfície do

128 TILL, 2018, p.6. No original: “Human life began in the sea and ever since has been dominated by it. It is crucial to our way of life, our very survival as a species.”

129 GORSHKOV, 1979, p.1. No original: “The importance of the ocean can not be overestimated in the development of productive forces and accumulation of wealth by states. [...] Countries whose population was associated with seafaring became economically strong earlier than others.”

130 Desde o final do século XX, um novo conceito – Oceanopolítica – passou a ser empregado, ainda de forma bastante incipiente, mas que amplia significativamente a importância do mar dentro do contexto político. Proposto pelo Almirante chileno Jorge Martinez Busch, em sua obra “*Oceanopolítica: una alternativa para el desarrollo*” (1993), este conceito representaria um novo ramo da ciência política, uma variante da geopolítica que trata da relação espacial dos Estados com o mar, e não com o território. (CARLOS ROBERTO, 2020)

131 O conceito estratégico Amazônia Azul foi criado, em 2004, pelo Comandante da Marinha Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho: “há uma outra Amazônia, cuja existência é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto a foi aquela por muitos séculos. Trata-se da ‘Amazônia Azul’ que, maior do que a verde, é inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de lhe perceber as ameaças”. Amazônia Azul é uma marca registrada pela MB no INPI.

mar, as águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da plataforma continental brasileira.¹³² Com a ratificação da CNUDM, todo esse espaço somado às águas interiores passaram a formar o conceito de Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).¹³³

O Estado Brasileiro, ciente dos indícios da existência de minerais e outros elementos no subsolo marinho, bem como do significado desses recursos para a economia do País, pleiteou, junto a Comissão de Limites da ONU, com o auxílio dos subsídios resultantes do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)¹³⁴, a anexação de novas áreas marítimas, ampliando a Amazônia Azul[®] e as AJB. A avaliação da comissão responsável na ONU, até o momento, resultou na inclusão de áreas de relevância estratégica, em função do elevado potencial econômico, mineral e energético. O estudo do LEPLAC incrementa cerca de 900 mil km² a Amazônia Azul[®], que passa a dimensionar cerca de 5,7 milhões de km² banhados pelo Oceano Atlântico Sul, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), cujo pleito ainda está em análise pela referida comissão da ONU, mas que confere ao Brasil o direito de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinho sobre a região até julgamento do pedido. Ressalta-se que a área da Amazônia Azul[®] equivale a cerca de 60% da área do território nacional.

Para Till (2018), desde a antiguidade, o mar tem sido uma das principais questões de preocupação para a humanidade, que se fez a ele por um conjunto de fatores ligados aos quatro atributos que definiu para o mar, os quais estão intimamente conectados: o mar como recurso; o mar como meio de troca e de transporte; o mar como meio de informação e de disseminação de ideias; o mar como meio de domínio.¹³⁵ (Tradução do autor) Sob a

132 BRASIL, 2019. Acesso em 21ABR2023.

133 "Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)" compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer." (BRASIL, 2022.)

134 O LEPLAC é o programa de Governo instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989, com o propósito de estabelecer o limite exterior da nossa Plataforma Continental, ou seja, determinar a área marítima, além das 200 milhas, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinho, conforme o artigo 12 da lei nº 8.617, de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm e <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/1783>. Acesso em 21JUN2023.

135 TILL, 2018, p.6.

perspectiva da Oceanopolítica, a MB divide o conceito estratégico Amazônia Azul® em quatro vertentes, quais sejam: a científica, a ambiental, a econômica e soberania.¹³⁶ E, correlacionando as vertentes supracitadas com os atributos de Till para o mar, tem-se: a vertente econômica associada aos atributos “mar como recurso” e “mar como meio de troca e transporte”; a científica e ambiental, com o atributo “mar como meio de informação e disseminação de ideias”; a soberania, com o atributo “mar como meio de domínio” do espaço marítimo. Tal correlação demonstra, portanto, o alinhamento do pensamento estratégico das instituições nacionais, no caso a MB, com o pensamento contemporâneo referente à relevância do uso e ocupação do mar. Assim, torna-se necessário ampliar a importância de cada vertente da Amazônia Azul®.

A vertente econômica se destaca pela geração de empregos, energia não renovável (petróleo e gás) e renovável (maremotriz, eólica e solar), turismo, pesca, exploração mineral, dentre outros. Pela Amazônia Azul® circulam mais de 95% do nosso comércio exterior; cerca de 95% e 80% de petróleo e gás natural, respectivamente, são extraídos pelas plataformas situadas nas AJB, principalmente dos campos do pré-sal com uma área de cerca de 149 mil Km², os quais foram responsáveis pela evolução da produção diária – de 41 mil, em 2010, para 1 milhão de barris em meados de 2016.¹³⁷ O petróleo é o terceiro item da pauta de exportação brasileira¹³⁸ e há perspectivas positivas na direção do aumento da extração de óleo e gás, com a possibilidade da descoberta de poços na margem equatorial na nova camada de pré-sal no norte do país, entre os Estados do Amapá e Rio Grande do Norte, principalmente nas proximidades da foz do Rio Amazonas. Tal área de cerca de 1 milhão de Km² pode fornecer 30 bilhões de barris de petróleo. A FIG.7, no Anexo, ilustra os poços de petróleo na margem equatorial dividido por bacias.¹³⁹

136 BRASIL, 2019. Acesso em 21ABR2023.

137 BEIRÃO et al, 2020, p.59. André Panno Beirão é Doutor em Direito Internacional pela UERJ. Mestre em Ciências Navais (EGN) e em Ciência Política (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (Mestrado e Doutorado Profissionais), Coordenador do Observatório de Políticas Marítimas.

138 DELGADO, 2023. Fernanda Delgado é Diretora Executiva Corporativa do Instituto Brasileiro do Petróleo - IBP. Professora na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professora do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, via convênio com a FGV. Doutora em Planejamento Energético (COPPE/UFRJ), Mestre em Tecnologia da Informação (CEFET/RJ) e MBA em Finanças Internacionais (FGV/EBAPE).

139 ANP, 2023. Acesso em 01MAIO2023.

Outro componente da vertente econômica é a infraestrutura marítima, fundamental para o desenvolvimento nacional. Portos, indústria naval, linhas de comunicações e a própria Marinha Mercante fazem parte dessa infraestrutura e são fontes de recursos. Os principais portos¹⁴⁰ e complexos portuários, classificados como de interesse estratégico nacional, são responsáveis pela movimentação de cerca de 80% do volume de carga transportado por via marítima, além de escoar mais de 90% de toda a produção agropecuária nacional.¹⁴¹ O transporte marítimo de mercadorias, através das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) confere aos oceanos e mares importância econômica e estratégica singular. “Mais de 90% do volume do comércio mundial é transportado pelo mar”¹⁴² (tradução do autor), parcela do qual passa pelo Oceano Atlântico Sul por importantes LCM que conectam diversas cidades via marítima. No Brasil, o transporte marítimo corresponde à cerca de 96% das exportações e 89% das importações. Já a navegação de cabotagem é responsável pelo transporte de cerca de 11% do volume do comércio interno, com os portos do Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP) na liderança dos volumes de movimentação.¹⁴³ A FIG.8, no Anexo, ilustra as LCM no Oceano Atlântico Sul e, conseqüentemente, representa a dimensão estratégica e a importância da proteção das mesmas.

A pesca é outra atividade econômica importante, que, hoje, representa 45% do consumo de pescado no país, gera cerca de 3,5 milhões empregos diretos e indiretos¹⁴⁴, contribui para a segurança alimentar nacional, e possui potencial de crescimento com investimentos no setor.

140 Os principais portos e complexos portuários são: o Complexo portuário de São Luís (MA), incluindo o Porto de Itaqui, o TUP de Ponta da Madeira e o Terminal de Alumar; o Complexo de Fortaleza (CE), com destaque para o Terminal Portuário de Pecém; o Complexo da Baía de Todos os Santos (BA), com destaque para o Terminal Aquaviário de Madre de Deus; o Complexo de Vitória (ES), com destaque para os TUP de Tubarão e da Praia Mole; o Complexo da Baía de Guanabara (RJ), com destaque para o Terminal Marítimo Almirante Tamandaré ou Terminal da Baía de Guanabara (TABG); o Complexo de Itaguaí (RJ), incluindo o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste do Brasil e o TUP TERNIUM BR; o Complexo da Ilha Grande (RJ), incluindo o Terminal Aquaviário de Angra dos Reis, antigo Terminal da Baía da Ilha Grande (TEBIG) e o Terminal da Ilha Guaíba (TIG); o Terminal de São Sebastião (SP); o Complexo de Santos (SP), com destaque para o Porto de Santos, o Complexo de Paranaguá (PR), com destaque para o Porto de Paranaguá e o Porto de Antonina; e o Complexo de Rio Grande (RS), com destaque para o Porto de Rio Grande. (CARLOS ROBERTO, 2021, p.293).

141 BEIRÃO et al, 2020, p.6.

142 TILL, 2018, p.8. No original: “Buy most estimates, over 90 per cent of the world’s trade by volume is conducted by sea.”

143 CARLOS ROBERTO, 2020, p.294-295.

144 OLSEN, 2023.

Os cabos submarinos¹⁴⁵, em função de suas características de construção, são um componente importante no conjunto das linhas de comunicações da infraestrutura marítima e aproximam os continentes. Atualmente, “mais de 90% dos dados digitais mundiais”¹⁴⁶, incluídas informações de pesquisas científicas, questões sobre o meio ambiente, transações bancárias, comunicações das redes sociais e demais dados na internet, trafegam pelos cabos submarinos. Dos 278 cabos existentes no mundo, seis passam pelo Brasil, onde existem quatro principais pontos de conexão: Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Fortaleza (CE), esse último o mais importante por ser considerado um “hub” internacional¹⁴⁷, conforme ilustrado na FIG.9 no Anexo, é uma das estruturas críticas para o País. Portanto, é evidente a importância estratégica desses cabos no contexto do desenvolvimento e segurança brasileiro.

As atividades tanto no solo como no subsolo marinhos têm grande potencial econômico. A quantidade de recursos minerais de grande valor agregado existentes nos MT, ZEE e PC estendida é considerável e seu mapeamento é realizado pelo projeto Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC)¹⁴⁸, como é o caso da ERG – com uma área do tamanho da Venezuela – onde foram descobertas grandes jazidas cobaltíferas, além das cadeias de Fernando de Noronha e Vitória-Trindade, o que totaliza cerca de 36 mil Km² em potencial de exploração tanto mineral quanto biotecnológica. A FIG.10, no Anexo, ilustra a localização dos principais recursos minerais já mapeados na Amazônia Azul® e sua dimensão.

Todas as atividades e componentes descritos, dentro da vertente econômica da Amazônia Azul®, fazem parte da Economia do Mar, e representam sua relevância para a

145 O Cabo submarino é um cabo telefônico especial, que recebe uma proteção mecânica adicional, própria para instalação sob a água. Normalmente dispõe de malha de aço e de um isolamento e proteção mecânica especial. Este tipo de cabo telefônico é utilizado principalmente em redes internacionais de telecomunicações, que interligam países e continentes. A principal característica dos sistemas de comunicações de cabos óticos submarinos, além da sua alta capacidade de transmissão, é a distância que se pode atingir, chegando a 9.000 km sem necessidade de regeneração do sinal. (SANTOS et al, 2022, p.203)

146 TILL, 2018, p.11. “[...] over 90 per cent of the world’s digital data [...]”

147 SANTOS et al, 2022, p.205.

148 O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, foi criado por meio da Resolução nº 004 da CIRM, de 03 de dezembro de 1997, para identificar a potencialidade dos recursos minerais marinhos da Amazônia Azul. O REMPLAC visa à aquisição de dados técnicos, econômicos e ambientais necessários para que órgãos governamentais e empresas, públicas e privadas, possam desenvolver atividades de exploração mineral e gestão ambiental. (CIRM, acesso em 01MAIO2023)

economia do País, a partir da ocupação dos espaços marítimos jurisdicionais do Estado, originando o conceito de Economia Azul, que, hoje, representa 20%¹⁴⁹ do PIB brasileiro. Ademais, pela evidente importância ao desenvolvimento do País, as plataformas de extração de óleo e gás, os terminais portuários, as LCM e cabos submarinos, por exemplo, são componentes das estruturas críticas que o País precisa proteger.

A vertente ambiental conecta a economia à sustentabilidade e vice-versa. Por um lado, as civilizações buscam a prosperidade, progresso e desenvolvimento, e consideram a exploração sustentável dos recursos vivos e não-vivos para garantir o futuro das próximas gerações. Por outro lado, a busca de alternativas para a preservação do meio ambiente pode fomentar o crescimento econômico, como, por exemplo, as medidas adotadas para a redução de emissões de gás carbônico em relação ao setor de mineração. Paradoxalmente, essas duas atividades têm ligação, pois estudos apontam que o aumento da demanda por energias renováveis, aquelas chamadas de energias verdes, aumentaram a demanda por cobalto e lítio, para a produção de baterias para carros elétricos, dentre outros.

Ainda em relação às políticas dos Estados para a redução de emissões de gás carbônico, o petróleo extraído na Amazônia Azul® possui baixo teor de enxofre¹⁵⁰, e isso significa que a queima dos seus derivados emite menor quantidade de carbono e, conseqüentemente, terá uma maior longevidade e relevância no mercado mundial. Portanto, “se o futuro da humanidade dependerá do desenvolvimento sustentável, passando pela redução de emissão de gás carbônico”¹⁵¹, por exemplo, cuja tecnologia depende de minerais e do petróleo encontrados na Amazônia Azul®, torna-se mais uma vez evidente a importância do mar para o Brasil.

Entretanto, não se pode mencionar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente sem desenvolvimento científico. A vertente científica é parte fundamental e, provavelmente, a impulsionadora do crescimento do país. Pelo desenvolvimento e conhecimento científico-tecnológico foi possível: descobrir o petróleo no mar e explorá-lo em águas profundas; realizar o levantamento da PC pelo LEPLAC; descobrir os minerais no solo e subsolo marinhos e possibilitar sua exploração sustentável; pesquisar a biodiversidade

149 OLSEN, 2023.

150 DELGADO, 2023.

151 SANTOS et al, 2022, p.91.

marinha e suas implicações na saúde e bem-estar da humanidade. A ciência é o vetor de desenvolvimento da economia e preservação do meio ambiente.

A análise das vertentes econômica, científica e ambiental da Amazônia Azul[®] demonstrou não só a importância estratégica do mar e seus recursos, para o desenvolvimento e enriquecimento do País, mas também a necessidade de proteger a Amazônia Azul[®] de eventuais ameaças, pois “o Brasil é inviável sem o uso do mar.”¹⁵² Adicionalmente, evidenciou, sob o conceito da Oceanopolítica, a necessidade da ocupação desses espaços marítimos pelo Estado, sob pena de ocupação e usurpação alheia, o que terá como consequências CPEI na defesa dos interesses nacionais.

A vertente soberania não foi esquecida e está ligada ao emprego do PN na defesa dos interesses do País. Uma vez que o objeto de estudo deste trabalho versa sobre as possibilidades de emprego do SCPN, parcela do PN, pelo nível político-estratégico em manobras de crise, essa vertente será abordada no capítulo cinco, o qual reunirá as lições obtidas no capítulo três, junto com as possibilidades de crise por cobiça e ameaças aos recursos brasileiros, as quais serão analisados na próxima seção.

4.2 Possibilidades de crises e ameaças sobre os recursos na Amazônia Azul[®]

O Brasil é considerado um País pacífico, não intervencionista na comunidade internacional e tem como um dos princípios da política externa brasileira o da solução pacífica dos conflitos¹⁵³, o que, ao longo do tempo, contribuiu para promover a cooperação internacional através de diversos fóruns multilaterais e organismos internacionais. As fronteiras terrestres brasileiras foram bem definidas ao longo da História, por meio de negociações e tratados internacionais, e resultou na inexistência de litígios e controvérsias entre os Estados vizinhos¹⁵⁴.

Esse contexto de paz regional, em terra, gera na sociedade brasileira, o que inclui integrantes do nível político-estratégico, a percepção de que o País não possui ameaças, ou seja, há um sentimento de pacifismo pleno, mas unilateral, o qual provoca, em alguns indivíduos, a negação da possibilidade de uso da força na defesa dos interesses nacionais.

152 OLSEN, 2023c.

153 BRASIL, 1988.

154 BRASIL, 2012, p.18.

“Há uma tendência inequívoca, principalmente em países que não se sentem ameaçados, como o nosso, para considerar irracional qualquer emprego da força. Esta ideia pode ser bastante perigosa para quem a aceitar, pois tira deste país, em grau elevado, a capacidade de influir sobre outro, e, também torna-o vítima de outros menos racionais.”¹⁵⁵

É imprudente transladar essa tendência de aversão ao uso da força, associado ao pacifismo unilateral, às fronteiras marítimas sem analisar se o Brasil está livre de ameaças na Amazônia Azul®. Pelo mar o País faz fronteira com os demais países litorâneos, e deve-se considerar o caráter dual do ambiente marítimo, seja como vetor de desenvolvimento do País, seja como motivo e local de disputas político-estratégicas.¹⁵⁶

A PND descreve uma área prioritária de interesse nacional, a qual é denominada de Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), que engloba a Amazônia Azul e é delimitada pela América do Sul, o Oceano Atlântico Sul¹⁵⁷, os países da costa ocidental da África e o continente Antártico, com dimensão de cerca de 55 milhões de Km². O EEB é ilustrado na FIG.11 do Anexo.¹⁵⁸ Portanto, em função da extensão dessa área de interesse, torna-se necessário analisar as possibilidades de ameaças, as quais podem provocar CPEI e prejudicar o desenvolvimento e a prosperidade do País.

A ONU estima que, até o ano de 2050, a população mundial atingirá a marca de 9,8 Bilhões de pessoas. Tal aumento populacional acarretará o acréscimo na demanda por alimentos e energia principalmente.

Em relação à elevação da demanda por alimentos, essa poderá provocar maior procura por proteínas de origem animal, fato que pode ameaçar os recursos vivos na Amazônia Azul. No passado recente, houve ameaça ao pescado brasileiro na CPEI conhecida como a Guerra da Lagosta¹⁵⁹. No presente, a pesca não declarada realizada por países estrangeiros, como Espanha, Japão, Taiwan e Coreia do Sul¹⁶⁰, nos limites da ZEE, já é uma realidade e uma ameaça, o que afeta o desempenho produtivo do setor pesqueiro e a Economia Azul. Em um futuro próximo, a falta de proteção a esse patrimônio pode ter reflexos na segurança alimentar nacional.

155 VIDIGAL, 1980, p.24.

156 CARLOS ROBERTO, 2020, p.290.

157 Oceano Atlântico Sul – é definido, na PND, como a área compreendida entre o paralelo 16° N e a Antártica.

158 BRASIL, 2020, p.11.

159 Vide seção 2.2.2 deste trabalho.

160 OLSEN, 2023a.

Em relação ao aumento da demanda por energia decorrente do crescimento populacional, a ameaça às reservas brasileiras de hidrocarbonetos no mar se reflete na medida em que países buscarão por mais fontes de energia e recursos para geração de energia, a fim de garantir os seus crescimento e desenvolvimento. Entretanto, há mais fatores a serem considerados nessa equação das possíveis ameaças e não somente o crescimento populacional propriamente dito: a política global de desenvolvimento sustentável é um deles. Conseqüentemente, a busca pela redução de emissão de gás carbônico, no combate às mudanças climáticas, poderá gerar cobiça por recursos na Amazônia Azul®.

Como abordado na seção anterior, o petróleo brasileiro possui baixo teor de enxofre e, conseqüentemente, emite menos carbono em sua queima. Assim, se houver um recrudescimento da política ambiental, em uma economia mundial de matriz energética fóssil predominante, pode-se prever uma maior demanda por petróleo que emita menos carbono na atmosfera, fato que deixa as reservas marítimas brasileiras de óleo e gás na vitrine e passíveis de serem ameaçadas se o País não tiver a capacidade de protegê-las.

Ainda em relação à política global de desenvolvimento sustentável, há a possibilidade de países ampliarem sua busca por fontes de energia verde e, conseqüentemente, por matérias-primas que as produzam. Portanto, as reservas minerais existentes na Amazônia Azul®, mencionadas na seção anterior, podem ser alvo de cobiça e ameaça externas. E, na realidade, elas já o são, pois a MB, no segundo trimestre desse ano, advertiu e afastou da ERG um navio de bandeira alemã que conduzia pesquisas não autorizadas pelo governo brasileiro, em clara agressão à soberania do Estado naquela região.¹⁶¹

As estruturas críticas, mencionadas também na seção anterior, que processam, transportam ou armazenam os recursos provenientes do espaço marítimo brasileiro também são passíveis de sofrerem ameaças. Nesse contexto estão, por exemplo, as plataformas de prospecção de petróleo e gás, os terminais portuários, os meios que trafegam pelas LCM com recursos e carga e os cabos submarinos. Assim, alguns exemplos de ameaças a essas estruturas são: uma ação adversa criminosa, atentado terrorista, ou uma agressão militar sobre as plataformas que reduzirá, ou interromperá, o fluxo de óleo e gás para o continente, com enormes prejuízos econômicos e sociais, além do risco de danos ao meio ambiente; a

161 OLSEN, 2023c.

interrupção das LCM, ou a falta de segurança nas rotas das LCM de interesse, causaria enormes prejuízos econômicos dado o volume de carga transportado no modal marítimo.

Entretanto, existem ameaças reais a essas estruturas críticas. Atualmente, a MB faz ações de presença nas operações combinadas antipirataria no Golfo da Guiné¹⁶², dentro do EEB, na costa ocidental da África, para evitar que tais atividades ilegais transbordem para as AJB. Outro exemplo de ameaça real ocorreu em 2020, quando a MB monitorou a embarcação *Yantar*¹⁶³, de bandeira russa, durante trânsito pelas AJB. A embarcação, inicialmente detectada na ZEE, desapareceu do monitoramento do Sistema Automático de Identificação¹⁶⁴, detectada novamente, por aeronaves da MB e da FAB, a 50 MN do litoral do Rio de Janeiro, em uma área de cabos submarinos, afastando-se do local após questionamentos sobre suas atividades na região.¹⁶⁵

Além das estruturas críticas e recursos mencionados, a distribuição da população brasileira merece atenção estratégica. Cerca de “80% da população brasileira”¹⁶⁶ vive em uma faixa de 200 Km de distância da costa, fato que representa risco de ameaças externas diretas. Tal dado torna-se mais evidente, quando se percebe a presença de várias potências extrarregionais no EEB como, por exemplo: o UK que ocupa o cinturão de ilhas no Atlântico Sul; a França que é metrópole da Guiana Francesa; a República Popular da China (RPC) que está presente na costa ocidental da África e na patagônia argentina; e a Rússia presente em cooperações com a Venezuela e a África do Sul. A FIG.12, no Anexo, ilustra a presença das potências citadas. Portanto, além da necessária atenção que deve ser dispensada às atividades desses países no EEB, deve-se atentar para possíveis CPEI, entre o Brasil e essas potências, originadas pela disputa por recursos e espaços marítimos da Amazônia Azul®, que trarão risco de agressão à população que habita próximo à costa, de acordo com o desenvolvimento dessas crises.

162 OLSEN, 2023a.

163 O navio oceanográfico *Yantar* sempre esteve na mira de governos. [...] Com sensores de alta tecnologia para rastrear o fundo do mar, a Rússia costuma repetir que o navio [...] atua em pesquisas científicas e em ajuda a outros países. Entre dezembro de 2017 e abril de 2018, o *Yantar* atuou nas buscas do submarino ARA San Juan, [...] ao passar pelo Canal da Mancha, a embarcação foi escoltada de forma preventiva pela Força Aérea do Reino Unido e tratada como um “navio espião” pela imprensa londrina. Em novembro de 2019, causou suspeita por desligar o radar no mar do Caribe e na costa dos EUA. Autoridades americanas levantaram a suspeita de que os pequenos submarinos transportados pelo *Yantar* operam especialmente no rastreamento de áreas de cabos submarinos. (DEFESANET, 2020).

164 Sigla em inglês: AIS – Automatic Identification System.

165 BRASIL, 2020b.

166 CARLOS ROBERTO, 2020, p.299.

Deve-se ter em mente que “a evolução tecnológica incrementou as probabilidades de confrontos entre as nações marítimas, na medida em que os conhecimentos científico-tecnológicos permitem que os países usufruam e explorem mais recursos dos oceanos”¹⁶⁷, e valoriza a relevância dos espaços marítimos dentro do conceito da Oceanopolítica. Nesse contexto, a presença de potências estrangeiras no EEB, associado aos pensamentos de autoridades que refletem as políticas externas de algumas delas, como por exemplo, ao pensamento do Comandante da Marinha da Rússia, nas décadas de 70–80, no qual revela que “a essência do poder marítimo do Estado, em nossa opinião, é o quão distante é possível fazer o mais efetivo uso do Oceano mundial ou, como dito às vezes, a hidrosfera da Terra, nos interesses do Estado como um todo”¹⁶⁸ (Tradução do autor), reforçam esse risco de CPEI pelo uso do mar. É imprudente imaginar que o País estará livre de disputas por seus legítimos espaços marítimos e respectivos recursos vivos e não-vivos.

Todos os exemplos citados tornam evidentes as possibilidades de ameaças sobre os ativos nacionais na Amazônia Azul® e devem servir de alerta para a sociedade abandonar a ideia de pacifismo pleno e unilateral e, ao mesmo tempo, despertar para as necessidades de defesa do patrimônio brasileiro, pois a ameaça, certamente, virá pelo mar por uma potência de valor militar igual ou superior ao do País.

A demonstração da existência das ameaças aos recursos brasileiros no mar reveste-se de importância a este trabalho, na medida em que, no próximo capítulo, serão abordadas as possibilidades de emprego dos SCPN pelo nível político-estratégico nas manobras de CPEI que podem ser causadas pelas citadas ameaças.

167 PINTO, 1989, p.15.

168 GORSHKOV, 1979, p.1. No original: “The essence of the sea power of the state, in our view, is how far it is possible to make the most effective use of the World Ocean or, as is sometimes said, the hydrosphere of the Earth, in the interests of the state as a whole.”

5 O EMPREGO DO PN EM MANOBRAS DE CRISE

O presente capítulo aborda o objeto de estudo propriamente dito. Para tal, o capítulo é dividido em três seções e tem base no conteúdo dos capítulos anteriores. Assim, na seção 5.1 são abordados os principais documentos, no nível político-estratégico, condicionantes para a Defesa Nacional, e identificadas as capacidades nacionais de defesa prioritárias, o que permite analisar, na seção 5.2, a capacidade dissuasória do SCPN. Por fim, na seção 5.3 são analisadas as possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico em manobras de CPEI, nas diversas Forças Tipo identificadas anteriormente, na defesa dos objetivos do País.

5.1 A CRFB, o LBDN, a PND e a END

A expressão mencionada no título do capítulo – manobras de crise – significa que foi deflagrada uma crise, ou seja, houve um conflito, que quebrou o equilíbrio da situação reinante, conforme definido no capítulo dois deste trabalho. Esse conflito foi, efetivamente, percebido pelos decisores do nível político-estratégico, condição necessária para o estabelecimento de uma CPEI. Com isso, torna-se necessário identificar, nos principais documentos de alto nível, as condicionantes para a Defesa Nacional, em relação ao emprego do PN, para realizar as manobras de crise e obter uma situação favorável de negociação, ou o retorno do desafio às condições originais.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em seu Artigo 4º, estabelece os princípios fundamentais do País em suas RI e ressalta o princípio da solução pacífica dos conflitos.¹⁶⁹ Entretanto, há que se ressaltar que ser pacífico significa que o País prefere o diálogo ao uso da força, mas, a depender da vontade política, utilizará esse último recurso, quando necessário, na defesa da soberania e dos interesses do Estado.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) estabelece a Defesa e a Diplomacia como vetores complementares para a preservação e o fortalecimento da Defesa Nacional, o que demanda coordenação entre a política externa e a PND¹⁷⁰, na medida em que essa última

169 BRASIL, 1988, p.12.

170 BRASIL, 2012, p.27.

fornece salvaguardas para a atuação do País no cenário internacional, e “propicia condições para que o País não corra o risco de sofrer uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições indesejáveis.”¹⁷¹ Portanto, a Defesa Nacional possibilita ao Brasil exercer sua soberania plena e exclusiva sobre seu território e espaços marítimos legais, sem se subjugar a ingerências externas.

Para garantir a soberania, o LBDN ainda estabelece duas vertentes: a primeira é possuir uma capacidade de dissuasão, para inibir ameaças e possíveis agressões aos interesses político-estratégicos do País; a segunda, uma contínua e crescente cooperação com os países da América do Sul em termos de defesa, para evitar crises e tensões entre os Estados sul-americanos. Assim, planeja-se obter um ambiente pacífico no EEB. Em relação à primeira vertente e, especificamente sobre o objeto de estudo, o LBDN estabelece que a MB deve dispor de submarinos com mobilidade excepcional para garantir a defesa marítima em profundidade, o que é uma menção ao SCPN no contexto da capacidade dissuasória que o País almeja obter.

Nesse contexto, a END, fundamentada na PND – documento condicionante de mais alto nível do Brasil em relação às questões de Defesa – estabelece que a Concepção Estratégica de Defesa do Brasil, no espectro dos conflitos, está baseada nas Capacidades Nacionais de Defesa (CND) para garantir a integridade territorial e os interesses nacionais. Dessas CND destacam-se: a dissuasão, a pronta resposta e a mobilidade estratégica, sendo a primeira definida como a prioridade estratégica na Defesa¹⁷².

Outrossim, essa concepção estratégica estabelece a necessidade de manter a capacidade de projetar poder para ampliar a influência do País no concerto das nações, além da reafirmação do compromisso com a paz e a cooperação internacional,¹⁷³ como, por exemplo, na ampliação da participação e do fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do

171 BRASIL, 2012, p.33.

172 Capacidades de: Pronta Resposta, que inclui diversos elementos do Poder Nacional. Visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o engajamento do País em um conflito armado prolongado; Dissuasão, configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões; Capacidade de Mobilidade Estratégica refere-se à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permitam às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior. (BRASIL, 2020, p.35-37)

173 BRASIL, 2020, p.32.

Atlântico Sul¹⁷⁴ (ZOPACAS) e do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) da União da Nações Sul-americanas¹⁷⁵ (UNASUL). Essa postura revela o esforço do País em conciliar a política externa com a Defesa, na medida em que intenciona utilizar o poder militar para criar uma zona de cooperação, para contribuir para a estabilidade regional e ressaltar o protagonismo brasileiro no seu entorno estratégico. É o início da instrumentalização do *hard power* brasileiro.

Identificadas as CND prioritárias, dentre as quais a dissuasão é a principal, torna-se necessário verificar como essa capacidade de defesa terá influência em um CPEI já instalada. Conforme abordado no capítulo quatro, o País vive uma situação de paz regional com seus vizinhos em relação as suas fronteiras terrestres, devido às políticas de cooperação multilaterais existentes. Consequentemente, essa CPEI teve origem no mar, dentro do EEB. E, no contexto da concepção estratégica brasileira e das CND, com a CPEI confrontante com a capacidade dissuasória, será analisado, na próxima seção, o grau de dissuasão que o SCPN proporcionará perante as possíveis ameaças relatadas e os desafiantes que as originaram.

5.2 A capacidade dissuasória do SCPN

A Dissuasão compreende um conceito intangível e é “imposta pela força ou conseguida por pressão. Assim, a dissuasão é pertinente ao Poder Militar e, por isso, é mais lembrada e empregada tanto pelos militares quanto pelos políticos.”¹⁷⁶ Ela é uma condição a

174 Estabelecida em 1986, por iniciativa do Brasil e apoiada pela Argentina, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada por meio da Resolução 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), com o intuito de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países sul-americanos e da costa ocidental da África que aderiram a tal projeto. Esse fórum se propôs a ser o principal mecanismo de articulação, no Atlântico Sul, buscando promover uma maior cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e não vivos e a segurança de toda a região, sob a perspectiva da integração multilateral, permeada pelo pano de fundo das iniciativas relacionadas à não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa. Integrantes: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. (BRASIL, 2014)

175 O Brasil incentivou ainda mais os fóruns de discussão dos presidentes e foi ator protagonista na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A[...] instituição passou a discutir as crises políticas dos países e abriu espaço para a institucionalização do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), um órgão dentro da UNASUL, criado a partir de uma proposta feita exclusivamente pelo Brasil. O CDS foi aprovado em 2008, como um espaço de diálogo, consulta e coordenação entre os países da região, no tocante à matéria de defesa (DE SOUZA; DE OLIVEIRA, 2021, p.364 *Apud* CARVALHO; GONÇALVES, 2016; PAGLIARI, 2010).

176 PINTO, 1989, p.72-73.

ser atingida que desestimule outros Estados ou forças hostis de ameaçarem ou agredirem a soberania e os interesses nacionais.¹⁷⁷ Sob esse raciocínio, “instrumentos navais podem se enquadrar em estratégias de exibição de força militar. Uma vez que é a mais óbvia medida de poder de uma nação, essa demonstração de *hard power* serve para influenciar os demais Estados.”¹⁷⁸

No trabalho ora apresentado, está estabelecida uma CPEI originada por outro Estado, possuidor de valor militar igual ou superior ao brasileiro, a partir de um desafio que envolva parte do espaço marítimo das AJB, ou do EEB. Com isso, pode-se dizer que a capacidade dissuasória pretendida pelo Estado brasileiro não foi atingida, uma vez que a dissuasão depende da percepção pela outra parte que se quer dissuadir e influenciar, no sentido de que seu desafio terá um elevado custo em relação ao benefício almejado. Portanto, torna-se necessário analisar a capacidade dissuasória que o SCPN proporcionará em relação a um possível desafiante.

Nagashima (2013) analisou o potencial dissuasório de um SCPN, que será construído dentro do Programa de Submarinos (PROSUB)¹⁷⁹, em um cenário hipotético dentro do EEB, envolvendo uma grande potência global – Estados Unidos da América (EUA) – em uma situação de desafio em uma CPEI, e chegou a alguns resultados que são relevantes no presente trabalho e são mencionados a seguir:

– o primeiro resultado é em relação à percepção do poder militar, que será distinta para cada ator envolvido na CPEI e dependerá não somente da credibilidade das forças navais, mas também do número de SCPN disponíveis. Nesse contexto, como o Brasil terá, inicialmente, apenas um SCPN, o aumento da credibilidade do meio como ameaça e a consequente elevação da capacidade dissuasória estariam associadas ao índice de disponibilidade do SCPN, para possibilitar uma prolongada capacidade de desgaste do inimigo;¹⁸⁰

177 CARLOS ROBERTO, 2020, p.314.

178 DE SOUZA; DE OLIVEIRA, 2021, p.375. Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), Brasil. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira é PhD em Governo na Essex University e Professor Titular de Ciência Política da UFPE, Recife (PE), Brasil.

179 PROSUB: Criado em 2008, por meio da parceria estabelecida entre o Brasil e a França, o PROSUB tem como objetivo a produção de quatro submarinos convencionais e a fabricação do primeiro submarino brasileiro convencionalmente armado com propulsão nuclear. Contempla, além dos submarinos, a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação dos submarinos, que engloba os Estaleiros, a Base Naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) no município de Itaguaí – RJ. Acesso em: 25JUN2023.

180 NAGASHIMA, 2013, p.211-218.

- o segundo resultado, que depende da vontade do nível político-estratégico em empregar o Poder Militar na defesa dos interesses nacionais, é a elevação da capacidade brasileira em resistir a desafios coercitivos nas CPEI, pois o SCPN, em função de suas características de permanência e mobilidade estratégica, promoveria a continuidade do esforço de combate da força naval e o conseqüente incremento da capacidade dissuasória;
- outro resultado relevante, se refere à capacidade dissuasória percebida pelos atores – Brasil e EUA. Ambos, embora em graus diferentes, com o Brasil em maior grau, perceberiam o aumento da capacidade dissuasória brasileira com a posse de um SCPN, pois a “inferioridade tática da MB não significaria nulidade estratégica”.¹⁸¹ Entretanto, tão relevante quanto a percepção desse incremento pelos EUA, é o fato de que o potencial dissuasório será grande em relação a outras marinhas que não possuem os recursos de uma grande potência mundial como os EUA.¹⁸²

Portanto, nota-se que haverá a elevação da capacidade dissuasória do País com o efetivo emprego do SCPN, o que fortalecerá a principal CDN – a dissuasão. Ressalta-se que ela será cada vez mais percebida e seu efeito desejado atingido, quanto maior for a disponibilidade do único SCPN, ou maior o número de SCPN no inventário da MB prontos para emprego e para explorar, também, a CDN da mobilidade estratégica, o que se traduz em ampliar as capacidades de presença naval e de desgaste do inimigo.

Quanto ao número de SCPN necessários para o inventário da MB, seu cálculo é complexo e o estudo complementar para encontrá-lo encontra-se em execução, sob coordenação da Estado-Maior da Armada, e é denominado de Sistemática de Planejamento de Força da Marinha do Brasil (SISFORÇA), cujo propósito é produzir um Plano de Configuração de Força da MB com um dimensionamento de meios para os próximos 20 anos.

No contexto do efeito dissuasório que o SCPN pode incrementar ao PN de um Estado, a Crise das Ilhas Malvinas foi um exemplo tanto negativo, como positivo dessa capacidade dissuasória: negativo, no aspecto do emprego incorreto da FP com esses meios no início das manobras de crise, uma vez que o conteúdo da literatura converge para o raciocínio que o governo do UK poderia ter distendido a crise ao explorar a capacidade dissuasória de seu PN, desde os primeiros incidentes diplomáticos provocados pelo governo argentino, caso tivesse

181 NAGASHIMA, 2013, p.217.

182 *Ibid*, p.218.

empregado seus SCPN em uma FP corretamente anunciada antes da invasão argentina; positivo, após o governo do UK perceber a ameaça a qual estava submetido, ao empregá-los corretamente explorando sua mobilidade estratégica para estabelecer uma FI Bloqueadora Defensiva, a qual evoluiu para uma FI de Represália no desenvolvimento da CPEI. Nesse contexto, ressalta-se que as comunicações pelo canal satelital foram de suma importância para o êxito na operação e, conseqüentemente, para a manutenção da capacidade dissuasória na região, pois elas possibilitaram explorar a mobilidade estratégica dos SCPN, a despeito da velocidade do processo de tomada de decisão do nível político-estratégico do UK nas mudanças das regras de engajamento.

Portanto, a capacidade dissuasória proporcionada pelo SCPN brasileiro será potencializada com sua operação em rede, tanto com as demais unidades – superfície, aéreas e outros submarinos, como com os Comandos envolvidos nos diversos níveis, para exploração da capacidade de mobilidade do SCPN, não somente para chegar na área designada, mas também realocá-lo, rapidamente, se necessário. Assim, o desenvolvimento de tecnologias de posicionamento, comunicações e C2, por satélites nacionais, possibilitarão essa potencialização.

Nesse contexto, a MB desenvolve o projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul¹⁸³ (SisGAAZ) para monitorar, continuamente, as áreas marítimas de interesse. Entretanto, como o SisGAAz está em fase de implantação gradual, faltam satélites para a vigilância da parte marítima do EEB, os quais possam servir de fonte de dados para posicionamento estratégico do SCPN. De acordo com as parcerias envolvidas nesse projeto, a MB poderá se beneficiar, no futuro, pela integração com o Programa Estratégico de Sistemas

183 SisGAAz: A MB, em parceria com agências e órgãos governamentais, coordena a implementação e o aperfeiçoamento do SisGAAz, cuja missão é “monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional”. O SisGAAz integra equipamentos e sistemas compostos por radares localizados em terra e embarcações, além de câmeras de alta resolução e capacidades como o fusionamento de informações recebidas de sistemas colaborativos, [...], todos baseados em rastreamento de posição por via satélite. Os dados captados por GPS são transmitidos por meio de comunicação satelital para centrais de rastreamento e, no futuro, haverá a incorporação de sensores acústicos aos sites de monitoramento.[...] Posteriormente, o programa incorporará o monitoramento de longo alcance [...] havendo, ainda, interesse em dados de sensores óticos de radares de abertura sintética em alta resolução, bem como para comunicações para apoio às comunicações navais providas por satélites. (LAMPERT; COSTA, ?). Acesso em: 06JUL2023.

Espaciais (PESE)¹⁸⁴ da Força Aérea Brasileira (FAB), o qual prevê a implantação de um conjunto de satélites, de fabricação nacional, para obtenção de imagens óticas do território nacional. Assim, a possibilidade de ampliar a interação do SisGAAz ao interligá-lo, por exemplo, com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)¹⁸⁵, para o recebimento de imagens de satélite com radar de abertura sintética (SAR), contribuirá para o sensoriamento da parte marítima do EEB e potencializará a capacidade dissuasória do SCPN. A FIG.13, no anexo, ilustra a concepção do SisGAAz.

Dentro do conceito da concepção estratégica brasileira, associado à política externa do País, ambos abordados na seção anterior, a posse do SCPN reafirmará o compromisso do Brasil com a paz e a cooperação internacional. “Dentro dos níveis regional e global, a demonstração simbólica de força se adéqua aos interesses brasileiros, uma vez que aufere prestígio e reputação, capazes de alterar as visões sobre as capacidades e o poderio da nação e influenciar em negociações e barganhas.”¹⁸⁶ Assim, o SCPN torna-se excelente instrumento para efetivar estratégias dissuasórias, e mudará o nível de interlocução nos fóruns mundiais, na medida em que esse *hard power* permitirá atingir a solução pacífica dos conflitos.

O País, além de elevar a capacidade de defesa na Amazônia Azul® contra as possíveis ameaças mencionadas, poderá projetar significativo poder no EEB, o que significa a possibilidade de retomar a posição de protagonista regional, com reflexos positivos no fortalecimento da ZOPACAS e do CDS da UNASUL, e reforçar os argumentos para o pleito de tornar-se membro efetivo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). “O Poder Naval se torna, pois, num braço da nação, que se deve movimentar quando e onde se fizer necessário para benefício da política nacional.”¹⁸⁷

184 PESE: executado pela FAB, contempla o projeto Lessônia-1, o qual consiste na aquisição de uma constelação de satélites de órbita baixa, que visa atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), bem como de agências governamentais. O sistema de imageamento desse Projeto utiliza um sensor ativo de detecção capaz de gerar imagens de altíssima resolução, que podem ser obtidas [...] independentemente das condições meteorológicas,[...] Dessa forma, é possível o monitoramento continuado de áreas de interesse do Brasil. Buscando cumprir plenamente o programa estratégico de sistemas espaciais, no futuro, também está prevista a implantação de um conjunto de satélites, de fabricação nacional, para obtenção de imagens óticas, o que complementarará a capacidade do Ministério da Defesa de imagear o território nacional, atendendo, assim, a todas as demandas governamentais. Inicialmente,[...] a região amazônica será uma das maiores beneficiadas com o monitoramento permanente e com maior precisão nas informações essenciais para decisões estratégicas. [...]” (LIMA,2022)

185 O CENSIPAM será contemplado com sensoriamento por imagens de satélite SAR do PESE.

186 DE SOUZA; DE OLIVEIRA, 2021, p.376.

187 PINTO, 1989, p.65.

A análise da capacidade dissuasória do SCPN demonstrou o potencial político, diplomático e militar que essa belonave pode proporcionar ao Estado, tanto em prol da defesa dos interesses nacionais no EEB, pela instrumentalização das estratégias de defesa, quanto na efetivação do status de potência regional em contribuição à política externa do Brasil.

“Em situação de crise e mesmo na fase de pré-crise, a dissuasão deve ser a mais direta e impositiva [...] No entanto, nenhum poder por si só pode garantir a dissuasão, se não contar com o respaldo político.”¹⁸⁸ Com isso, resta analisar, na próxima seção, quais as possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico em manobras de CPEI, nas diversas Forças Tipo identificadas anteriormente, na defesa dos objetivos do País.

5.3 O SCPN e suas possibilidades para o nível político-estratégico brasileiro

Se há uma crise, houve algum desafio representado por uma agressão, em algum grau, a objetivos e à soberania nacionais, o qual foi percebido pelas autoridades do nível político-estratégico, que deve mostrar ao desafiante a capacidade que o País possui para fazer a situação retroceder ao estado original. A condução de uma CPEI é atribuição do mais alto nível político-estratégico do país, o que significa que todas as ações devem ser desencadeadas pelo alto escalão do governo, ou seja, o decisor precisa ter vontade política para reagir à CPEI. Sem ela não haverá reação à crise e os interesses, os bens e a soberania do Estado, envolvidos na CPEI, estarão ameaçados.

A crise das Ilhas Malvinas escalou por falta de demonstração da firme vontade e do interesse do UK em relação ao arquipélago. Esse foi o principal erro que o governo britânico cometeu nas primeiras reações das manobras dessa crise. Portanto, desde o início de uma CPEI, o País precisa mostrar suas intenções para solucioná-la.

A vontade política está associada às características da personalidade do tomador de decisão. Entretanto, essa vontade pode ser reforçada de acordo com o grau de assessoramento com que o Gabinete de Crise instaurado proporcionará ao decisor, o que se traduz na qualidade e precisão das informações que são transmitidas ao alto escalão, e inclui o conhecimento das capacidades dos instrumentos disponíveis. Toda essa assessoria

¹⁸⁸ PINTO, 1989, p.73.

proporciona segurança no processo decisório. A demonstração da vontade política é determinante para a credibilidade das intenções do Estado e, conseqüentemente, influencia a percepção da capacidade dissuasória do País pelo desafiante.

No contexto do emprego do Poder Militar, em função do País possuir um histórico pacifista de solução dos conflitos, o nível político-estratégico deve conhecer as capacidades e as possibilidades de emprego das forças militares disponíveis, o que inclui as capacidades de emprego estratégico do SCPN, para ser capaz de empregar o PN na defesa dos interesses do Estado, mesmo sem o uso da força. Contudo, deve estar pronto para aplicá-la.

Assim, na existência da vontade política de enfrentar a CPEI e de uma assessoria de alto nível do Gabinete de Crise, torna-se necessário analisar as possibilidades de emprego do SCPN em prol dos interesses brasileiros. Há que se dividir essas possibilidades em duas: a primeira é a CPEI que ocorre na Amazônia Azul[®]; a segunda, com a crise no EEB e envolve um País aliado ao Brasil.

A ocorrência de uma CPEI na Amazônia Azul[®], significa que uma das infraestruturas críticas, ou uma das fontes de recursos ou riquezas, relatadas no capítulo quatro, está ameaçada. Nesse contexto, ainda sem o uso da força, entretanto para demonstrar as firmes vontade e intenção do Estado, conforme conceitos abordados no capítulo dois, o nível político-estratégico tem a possibilidade de fazer uso do SCPN em uma FP anunciada e posicioná-la na área da crise. Ao explorar as características desse meio naval, haverá uma tendência de incrementar a capacidade dissuasória sobre o desafiante, a depender da percepção dele. Essa manobra de crise tem o propósito de distender a CPEI, ou estabilizá-la, a fim de obter melhores condições de negociação. Em ambos os resultados, o SCPN em uma FP anunciada contribui para a solução pacífica dos conflitos, em consonância à diplomacia brasileira.

Cabe ressaltar o aspecto do anúncio da FP que utiliza meios submarinos, os quais possuem a ocultação como principal característica. Pode parecer um paradoxo anunciar a presença de submarinos em uma área, entretanto, politicamente, a comunicação estratégica desejada é mostrar uma reação, a qual possui um valor de combate elevado, real e convincente, ainda sem o uso da força, para reestabelecer a capacidade dissuasória do Estado e obter a solução da CPEI. Entretanto, essa FP estará posicionada e em condições de empregar a força se necessário.

A confrontação nas manobras da crise das Ilhas Malvinas evidenciou, também, que os decisores do nível político-estratégico britânico não conheciam as capacidades estratégicas de seus SCPN e, principalmente, os efeitos que elas provocariam no inimigo, uma vez que não empregaram corretamente esses meios navais sob o conceito da FP, em função do receio de que a presença naval britânica, ao ser detectada pelos argentinos, escalaria a crise. No entanto, ocorreu o inverso, pois a falta da percepção da FP pelo desafiante contribuiu decisivamente para a escalada daquela CPEI.

O resultado da manobra com a FP, a qual possui a dissuasão na sua essência, dependerá da percepção do desafiante. Com isso, essa confrontação pode levar à escalada, ou não da CPEI. No caso da escalada, tal reação comprovaria as reais intenções hostis do agressor. Nesse caso, a FP do SCPN, posicionada na região da crise, poderia, rapidamente, atuar como uma FI Defensiva e, dentro dos conceitos estudados, usar a força contra o oponente para reagir com intensidade superior à continuidade do desafio, de acordo com as regras de engajamento estabelecidas. Essa manobra é utilizada como último recurso, antes da escalada máxima da crise, e tem o propósito de obter um acordo rápido ao exercer a coerção para o retorno do “status quo”.

Outra possibilidade de emprego, a qual dependeria não somente de decisão do alto escalão político-estratégico, mas também de um maior número de SCPN no inventário da MB, é utilizar os SCPN sob uma FI Bloqueadora nas AJB. Apesar de a Força Bloqueadora ter o propósito de isolar o Estado inimigo, a sua utilização nas AJB teria os objetivos de limitar a área da CPEI e de isolar o acesso do agressor a essa área pretendida, o que evitaria a escalada e propagação do conflito para outras regiões do País. Um exemplo dessa manobra foi a Crise das Ilhas Malvinas, na qual o UK empregou seus SCPN, de modo inovador, sob uma FI Bloqueadora anunciada com caráter defensivo, uma vez que os SCPN britânicos possuíam regras de engajamento específicas e restritas para atacar apenas em autodefesa e em defesa dos navios da *Royal Navy*¹⁸⁹.

Existe, também, a alternativa do Estado empregar o SCPN em uma FI Definidora, a qual atua diretamente sobre o País alvo, ou seja, o SCPN seria posicionado, estrategicamente, ao explorar suas características de mobilidade e permanência, no espaço marítimo do agressor, a fim de afastar o conflito e as ações das AJB e do território nacional e

189 Vide capítulo três.

tentar definir a situação da CPEI rapidamente. No contexto da definição da crise, o nível político-estratégico deve considerar que essa FI teria caráter defensivo, uma vez que ela seria uma reação a um desafio, na defesa dos interesses nacionais, apesar de uma aparente postura que vai de encontro à prática da diplomacia brasileira. Cabe ressaltar o aspecto da avaliação dos riscos dessa manobra de confrontação, em relação aos benefícios político-estratégicos que ela proporcionaria, uma vez que a FI Definidora pode ser interpretada pelo outro Estado como uma escalada da CPEI.

Com relação à ocorrência de uma CPEI no EEB, o emprego do SCPN pelo nível político-estratégico seria, fundamentalmente, em prol da política externa brasileira. Como mencionado na seção anterior, o SCPN trará relevante impacto no potencial dissuasório percebido por países que não possuem os recursos militares de uma grande potência global. Assim, o nível político-estratégico teria a possibilidade de exercer, ou de incrementar o protagonismo regional do Brasil no entorno estratégico, ao projetar esse *hard power* em prol da estabilidade e paz na área da ZOPACAS e, também, para fortalecer o CDS da UNASUL. Para tal, o SCPN poderia ser empregado sob uma FA, ou Força de Sustentação, a fim de auxiliar um Estado aliado, em uma CPEI que envolva um terceiro Estado, e mostrar ao SI a posição brasileira sobre a questão.

Cabe ressaltar que o propósito tanto da FA, como o da FP é de obter o efeito dissuasório sem o uso da força, o que contribui para o princípio da solução pacífica das controvérsias da política externa brasileira. Entretanto, o nível político-estratégico terá que avaliar o custo do emprego da FA, em relação ao benefício do protagonismo regional, uma vez que a FA tem um grau de comprometimento e risco de escalada maiores, ao assumir uma participação irreversível na CPEI em apoio ao Estado aliado. A retirada da FA durante as manobras de confrontação dessa crise, em função do receio de escalada, teria impactos negativos na política externa e comprometeria a posição de protagonista regional. Portanto, caso exista o compromisso do Estado brasileiro no emprego do SCPN em uma FA, e haja a escalada da crise, essa força naval passaria a ser considerada e empregada em uma FI Restauradora, a qual representa o caráter ofensivo da FA.

Para todas as Forças Tipo citadas, o nível político-estratégico precisaria estabelecer regras de engajamento aos SCPN, de acordo com os objetivos político-estratégicos a serem atingidos. Observa-se que, em função das características operacionais dos SCPN, esses

podem ter dificuldades para receberem mensagens no mar, que alterem ordens e comportamentos operativos. Portanto, é desejável que as regras de engajamento, inicialmente estabelecidas aos Comandantes desses meios, sejam as mais precisas, completas e flexíveis possíveis. A Crise das Malvinas evidenciou as dificuldades que os SCPN britânicos tiveram para receberem, no teatro operacional, novas regras de engajamento, a tempo de se posicionarem para atacar os seus novos alvos designados. Tal fato acarretou na perda da janela de ataque, pelos SCPN britânicos, de alvos navais argentinos importantes.

Portanto, os SCPN brasileiros necessitarão de sistemas de comunicações que atendam ao requisito da rapidez, como aqueles citados na seção anterior, bem como o nível político-estratégico deve ter a ciência de que um atraso no processo decisório poderá comprometer futuras ações e, conseqüentemente, os respectivos resultados pretendidos.

Todas as possibilidades citadas para o emprego do SCPN pelo nível político-estratégico evidenciam que o País terá, em um futuro próximo, o *hard power* necessário como instrumento, não só para o fortalecimento da cooperação e da paz, mas também para a reafirmação do Brasil como potência regional no EEB, o que contribuirá com o princípio da resolução pacífica dos conflitos. Ademais, os efeitos desse *hard power* colaborarão para apoiar o Estado a concretizar o objetivo principal da sua política externa: ingressar, como membro efetivo, no CSNU.

Por fim, as possibilidades de emprego do SCPN analisadas trazem oportunidade positiva para a MB, na medida em que a concretização dessas ações, pelo nível político-estratégico, incrementará a sua credibilidade perante a sociedade, em função do aumento da percepção de segurança dessa, bem como elevará a sua relevância na defesa dos interesses nacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES PARA A MB

O presente trabalho teve o propósito de analisar o emprego do PN em manobras de crise, com ênfase nas possibilidades de emprego do SCPN pelo nível político-estratégico, e evidenciou sua relevância para a Defesa Nacional e para a Diplomacia do Estado na administração de uma CPEI na Amazônia Azul®, ou no EEB.

Dentro do espectro dos conflitos, foram conceituados o conflito, a crise na sua subdivisão no campo político-estratégico, ou seja, a CPEI, e as manobras de crise, as quais têm por finalidade, resumidamente, distender, estabilizar ou escalar a CPEI, por meio do desafio, do desenvolvimento e dos resultados finais.

Um Estado pode utilizar instrumentos para exprimir seu poder no Sistema Internacional (SI) com o objetivo de resolver uma CPEI. Dentre esses instrumentos, há o emprego do PN nas manobras de crise em três modalidades básicas: a presença naval, o apoio e a intervenção direta. Para cada modalidade citada, há uma Força Naval Tipo a ser empregada: Força Potencial (FP), Força de Apoio (FA) ou Sustentadora e Força de Intervenção (FI), sendo essa última subdividida em Forças Bloqueadora, Definidora, Punitiva ou de Represália e Restauradora. Para todas as Forças Tipo há um propósito no contexto das manobras de crise e elas foram aplicadas com o emprego do SCPN, de acordo com as ameaças analisadas.

A crise das Ilhas Malvinas ou Falklands se insere no contexto geopolítico do continente sul-americano, e foi a CPEI contemporânea, na qual um submarino, e nesse caso um SCPN, torpedeou um alvo e o afundou, o que a torna um exemplo de emprego desse meio naval pelo nível político-estratégico em manobras de crise. A análise Geopolítica da origem da crise das Malvinas, segundo os fatores do triângulo geopolítico – História, Geografia e Poder – evidenciou a importância do Arquipélago, tanto para o UK como para a Argentina. A estratégia e a diplomacia de ambos os países, no desenvolvimento das manobras de crise, levaram à escalada máxima.

A análise dessa CPEI possibilitou compilar os principais erros e acertos cometidos pelo nível político-estratégico do governo do UK, em relação ao emprego dos SCPN, baseados nos conceitos abordados neste trabalho: alguns decisores do alto escalão não conheciam as potencialidades e as capacidades do PN de seu País, não aplicando o conceito da FP; deixou

as Falklands em segundo plano, no contexto de sua política externa, para priorizar os compromissos com a OTAN; estabeleceu, corretamente, uma ZE total com três SCPN, sob uma FI Bloqueadora Defensiva com regras de engajamento restritas, para limitar a área e a intensidade das ações, com o propósito de evitar a escalada da violência para o continente.

As mudanças nas regras de engajamento dos SCPN dependiam do estabelecimento de comunicações entre esses e o governo em Londres. O desenvolvimento da CPEI evidenciou que um processo de Comando e Controle (C2) com mais rapidez poderia ter mudado a história dessa CPEI e do NAe *ARA Veinticinco de Mayo*. Portanto, o nível político-estratégico do UK poderia ter determinado as regras de engajamento com maior grau de liberdade de ação, para evitar possíveis atrasos do processo de C2.

A realidade brasileira evidenciou um Brasil continental e uma potência marítima em ascensão. A evolução tecnológica permitiu ao homem aprimorar a capacidade de utilizar o mar e seus recursos, ocupando cada vez mais o espaço marítimo, o que fez surgir um novo conceito – Oceanopolítica, o que torna a delimitação dos espaços marinhos fundamental para a segurança internacional e o uso pacífico do mar. No caso do Brasil, esse espaço foi denominado, estrategicamente, de Amazônia Azul®, equivale a cerca de 60% da área do território nacional e possui uma grande quantidade de recursos vivos e não-vivos.

O conceito estratégico Amazônia Azul® é dividido em quatro vertentes, quais sejam: a científica, a ambiental, a econômica e soberania. A análise das vertentes econômica, científica e ambiental demonstrou não só a importância estratégica do mar e seus recursos para o desenvolvimento e enriquecimento do País, mas também a necessidade de proteger a Amazônia Azul® de eventuais ameaças, pois a Economia do Mar, ou Economia Azul representa cerca de 20% do PIB. O Brasil é inviável sem o uso do mar. Adicionalmente, evidenciou, sob o conceito da Oceanopolítica, a necessidade da ocupação desses espaços marítimos pelo Estado, sob pena de usurpação alheia, o que terá como consequências CPEI na defesa dos interesses nacionais.

O Brasil é considerado um País pacífico. Entretanto, pelo mar o País faz fronteira com os demais países litorâneos, e deve-se considerar o caráter dual do ambiente marítimo, seja como vetor de desenvolvimento do País, seja como motivo e local de disputas político-estratégicas. A análise sobre as possíveis crises por cobiça aos recursos da Amazônia Azul®,

tornou evidente as ameaças sobre os ativos nacionais no espaço marítimo brasileiro, as quais se destacam: o acréscimo na demanda por alimentos e energia, em função do aumento da população mundial; a pesca não declarada realizada por países estrangeiros; a busca por fontes de energia verde e, conseqüentemente, por matérias-primas que as produzam; maior demanda por hidrocarbonetos que tenham baixo teor de enxofre e emitam menos carbono na atmosfera; eventuais agressões às estruturas críticas, as quais processam, transportam, ou armazenam os recursos provenientes do espaço marítimo brasileiro; a presença de várias potências extrarregionais no EEB.

Tais riscos devem servir de alerta para a sociedade abandonar a ideia de pacifismo pleno e unilateral e, ao mesmo tempo, despertar para as necessidades de defesa do patrimônio brasileiro, pois a ameaça virá pelo mar. Assim, é imprudente imaginar que o Brasil estará livre de disputas por seus legítimos espaços marítimos e respectivos recursos vivos e não-vivos.

Com relação à dissuasão proporcionada pelo SCPN, haverá a elevação da capacidade dissuasória do País com o efetivo emprego desse meio, o que fortalecerá a principal CDN. A dissuasão será cada vez mais percebida, quanto maior for a disponibilidade do único SCPN, ou maior o número de SCPN no inventário da MB, o que se traduz em ampliar as capacidades de presença naval e de desgaste do inimigo. O potencial dissuasório será grande em relação a outras marinhas que não possuem os recursos de uma grande potência mundial. A capacidade dissuasória será potencializada com a operação do SCPN em rede, para exploração da mobilidade estratégica do meio, não somente para chegar na área designada, mas também realocá-lo, rapidamente, se necessário. Portanto, é desejável desenvolver satélites nacionais para posicionamento, comunicações e C2, que atendam ao requisito da rapidez, para possibilitar a potencialização da dissuasão e para o controle do SCPN.

Dentro do conceito da concepção estratégica brasileira, associado à política externa do País, a posse do SCPN reafirmará o compromisso do Brasil com a paz e a cooperação internacional, na medida em que esse *hard power* permitirá atingir a solução pacífica dos conflitos, pois ele mudará o nível de interlocução nos fóruns mundiais. A análise da capacidade dissuasória do SCPN demonstrou o potencial político, diplomático e militar que essa belonave pode proporcionar ao Estado, tanto em prol da defesa dos interesses nacionais no EEB, pela instrumentalização das estratégias de defesa, quanto na efetivação do

status de potência regional, em contribuição à política externa do Brasil, com reflexos positivos no fortalecimento da ZOPACAS e do CDS da UNASUL, os quais possibilitarão reforçar os argumentos para o pleito do País em se tornar membro efetivo do CSNU. É o início da instrumentalização do *hard power* brasileiro.

Existem condições para o nível político-estratégico realizar as manobras de crise: a primeira é o decisor ter vontade política para reagir à CPEI; a segunda, conhecer as capacidades e as possibilidades de emprego do PN, o que inclui as capacidades de emprego estratégico do SCPN. Portanto, desde o início de uma CPEI, o decisor precisa mostrar suas intenções para solucioná-la e ser capaz de empregar os meios disponíveis na defesa dos interesses do Estado, mesmo sem o uso da força. Contudo, deve estar pronto para aplicá-la.

A possibilidade de ocorrência de uma CPEI foi dividida em duas: a primeira ocorre na Amazônia Azul®; a segunda, envolve um País aliado e ocorre no EEB. No caso de uma CPEI na Amazônia Azul®, há três possibilidades do nível político-estratégico empregar o SCPN:

- a primeira é sob uma FP anunciada e posicionada na área da crise, com o propósito de incrementar a capacidade dissuasória sobre o desafiante, e de distender ou estabilizar a CPEI. Em ambos os resultados, o SCPN em uma FP anunciada contribui para a solução pacífica dos conflitos, em consonância à diplomacia brasileira. Nesse caso, a comunicação estratégica desejada é mostrar uma reação, a qual possui um valor de combate elevado, real e convincente, ainda sem o uso da força, para reestabelecer a capacidade dissuasória do Estado e obter a solução da CPEI. Entretanto, o resultado da manobra com a FP, dependerá da percepção do desafiante. Com isso, essa confrontação pode levar à escalada, ou não da CPEI. No caso da escalada, a FP do SCPN, já posicionada na região da crise, poderá, rapidamente, atuar como uma FI Defensiva e usar a força contra o oponente para reagir com intensidade superior à continuidade do desafio, de acordo com as regras de engajamento estabelecidas, como último recurso, antes da escalada máxima da crise, com o propósito de obter um acordo rápido ao exercer a coerção para o retorno do *status quo*,
- a segunda, a qual dependeria de decisão do alto escalão político-estratégico, e, também, de um maior número de SCPN no inventário da MB, é utilizar os SCPN sob uma FI Bloqueadora na Amazônia Azul® com os objetivos de limitar a área da CPEI e de isolar o acesso do agressor a essa área pretendida, o que evitaria a escalada e propagação do conflito para outras regiões do País,

– a terceira, empregar o SCPN em uma FI Definidora diretamente sobre o País alvo, ou seja, o SCPN seria posicionado, estrategicamente, no espaço marítimo do agressor, a fim de afastar o conflito e as ações das AJB e do território nacional, para definir a situação da CPEI rapidamente. Nesse caso, foram ressaltados dois aspectos: o primeiro é a avaliação dos riscos dessa manobra de confrontação, em relação aos benefícios político-estratégicos que ela proporcionará, uma vez que a FI Definidora pode ser interpretada pelo outro Estado como uma escalada da CPEI; o segundo é o caráter defensivo dessa postura, apesar de uma aparente decisão que vai de encontro à prática da diplomacia brasileira, pois será uma reação a uma agressão sofrida pelo Estado.

Com relação à ocorrência de uma CPEI no EEB, o emprego do SCPN seria em prol da política externa brasileira. Assim, o nível político-estratégico teria a possibilidade de exercer o protagonismo regional do Brasil no entorno estratégico, ao projetar esse *hard power* para a estabilidade e paz na área da ZOPACAS e, também, para fortalecer o CDS da UNASUL. Para tal, o SCPN poderá ser empregado sob uma FA, a fim de auxiliar um Estado aliado, em uma CPEI que envolva um terceiro Estado. Com isso, o Brasil mostrará a sua posição no SI.

O propósito da FA também é de obter o efeito dissuasório sem o uso da força, o que contribui para o princípio da solução pacífica das controvérsias da política externa brasileira. Entretanto, é necessário avaliar o custo do emprego da FA, em relação ao benefício do protagonismo regional, pois assume uma postura de participação irreversível perante o SI. Portanto, o nível político-estratégico deverá considerar que o compromisso do Estado brasileiro, no emprego do SCPN em uma FA, será fundamental e, caso haja a escalada da crise, essa FA passará a ser empregada sob uma FI Restauradora, a qual representa o caráter ofensivo dela.

De acordo com os objetivos a serem atingidos, é desejável que o nível político-estratégico estabeleça, para o SCPN, as regras de engajamento mais precisas, completas e flexíveis possíveis, para mitigar possíveis atrasos do processo de C2, principalmente em relação à tomada de decisão.

Todas as possibilidades citadas para o emprego do SCPN pelo nível político-estratégico trazem oportunidade positiva para a MB, na medida em que a concretização dessas ações, pelo nível político-estratégico, incrementará a sua credibilidade perante a sociedade, bem como a sua relevância na defesa dos interesses nacionais. Ademais, o reflexo

para o País será, em um futuro próximo, possuir o *hard power* necessário para o fortalecimento da cooperação e da paz e para a reafirmação do Brasil como potência regional no EEB, o que contribuirá com o princípio da resolução pacífica dos conflitos. Os efeitos desse *hard power* colaborarão para o Estado concretizar o objetivo principal da sua política externa: ingressar, como membro efetivo, no CSNU.

Assim, para a concretização dessas possibilidades de emprego em um futuro próximo, sugere-se as seguintes ações decorrentes (AD) para a Alta Administração Naval:

1. Fomentar na sociedade brasileira a percepção sobre as potenciais ameaças, bem como a importância dos assuntos relacionados à defesa do País, por meio do incremento da participação dos cidadãos nas discussões afetas ao tema, o que possibilitará a sociedade cobrar do Poder Legislativo o aumento do orçamento destinado à Defesa;
2. Conscientizar as autoridades do nível político-estratégico sobre as capacidades e as possibilidades de emprego do SCPN em manobras de crise;
3. Prosseguir com as gestões, junto ao MD e ao Congresso Nacional, para indexar o orçamento anual das Força Armadas ao PIB, bem como elevar gradativamente o percentual dessa indexação até o patamar de 2%;
4. De acordo com o resultado do SISFORÇA, caso a realidade orçamentária permita, em função da AD-3, verificar a possibilidade de ampliar o PROSUB com a construção de um número maior de SCPN;
5. Dar continuidade à implementação do projeto SisGAAz, bem como verificar a possibilidade de integração desse sistema com o CENSIPAM, a fim de ampliar a área de sensoriamento, no futuro, com equipamentos SAR do PESE, para o emprego do SCPN;
6. Iniciar estudos para verificar a viabilidade de implementar o conceito de operação em rede e de comunicações satelitais no SCPN.

As AD sugeridas estão alinhadas aos principais documentos condicionantes da Defesa Nacional, pois contribuem para a consecução de OND e AED, estabelecidos na PND e END, respectivamente, os quais foram compilados no QUADRO 1 apresentado no apêndice.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo. *Figuras e mapas*. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br>>. Acesso em: 01MAIO2023.

_____. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29MAIO2023.

_____. Casa Civil. *Lei nº 8.617*. Brasília: 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm>. Acesso em: 21JUN2023.

_____. Marinha do Brasil. *Amazônia Azul*®. Centro de Comunicação Social da Marinha, 2019. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/index.html>. Acesso em: 21ABR2023.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *Doutrina Militar Naval (EMA-305)*. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.ema.mb/publicações>>. Acesso em: 16MAR2023.

_____. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Tratado da Antártica*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/files/>>. Acesso em: 07ABR2023.

_____. Marinha do Brasil. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). *Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REEMPLAC)*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm/remplac>>. Acesso em: 01MAIO2023.

_____. Marinha do Brasil. *Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/1783>>. Acesso em: 21JUN2023.

_____. Marinha do Brasil. *Programa de Submarinos (PROSUB)*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>>. Acesso em: 25JUN2023.

_____. Ministério da Defesa. *Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle (MD31-M-03)*. 3ª Ed. Brasília: 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br>>. Acesso em: 19ABR2023.

_____. Ministério da Defesa. *Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04)*. 2ª Ed. Brasília: 2007. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br>>. Acesso em: 18MAR2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn-1>. Acesso em: 18MAR2023.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 18MAR2023.

_____. Ministério da Defesa. *Instrução Normativa nº 3/MB/MD: o conceito para a expressão "Águas Jurisdicionais Brasileiras" perante a Marinha do Brasil*. Diário Oficial da União, 2022. Edição: 236 Seção: 1 Página: 72. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-3/mb/md-de-15-dedezembro-de-2022-451152190>>. Acesso em: 20ABR2023.

_____. Ministério da Defesa. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Brasília: 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>>. Acesso em: 22JUN2023.

_____. Senado Federal do Brasil. *Navio russo suspeito de espionagem coloca Marinha brasileira em alerta*. Edição: 2020b. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/569647/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08JUN2023.

BEIRÃO, André P. [ET AL]. *O Valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil*. Organizadores: André Panno Beirão, Miguel Marques, Rogerio Raupp Ruschel. 2a. Ed. São Paulo, SP: Essential Idea Editora, 2020. Vários autores.

CARLOS ROBERTO, Contra-Almirante Carlos Roberto Rocha e Silva Junior. *A Amazônia Azul e a Geopolítica Brasileira: Perspectivas de uma Estratégia Marítima Brasileira*. Caderno de Ciências navais V4 N1. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020. p. 277-354.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. *A Influência Britânica no Atlântico Sul: O Caso das Ilhas Malvinas*. Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2017. 101 p.

COMMONWEALTH. *THE COMMONWEALTH*. Disponível em: <<https://thecommonwealth.org/>>. Acesso em: 08ABR2023.

DEFESANET. Imagem. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/acFB3ouBQuGTqinv7>>. Acesso em: 30MAR2023.

_____. *Navio russo suspeito de espionagem coloca Marinha brasileira em alerta*. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/inteligencia/noticia/35853/navio-russo-suspeito-de-espionagem-coloca-marinha-brasileira-em-alerta/>>. Ed.: 2020. Acesso em: 08JUN2023.

DE SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira; DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. *Submarinos Para quê? Condicionantes do Programa de Desenvolvimento dos Submarinos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, vol. 27, n. 2, p. 349-386, maio – agosto/2021.

DELGADO, Fernanda. *Geopolítica da Energia*. Palestra. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 06ABR2023.

DOBSON, Coronel-Aviador Willie. *Antecedentes Político-diplomáticos do conflito das Ilhas Falklands*. Adidância de Defesa do Reino Unido no Brasil. Palestra. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 13AGO2007.

DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas Volume 1*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, 372p.

FRANÇA, Júnia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normatização de Publicações Técnico-Científicas*. 8ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GALANTE, Alexandre. Poder Naval. *A operação dos submarinos nucleares britânicos na Guerra das Malvinas/Falklands, em 1982*. Disponível em <<https://www.naval.com.br/blog/2021/05/22/a-operacao-dos-submarinos-nucleares-britanicos-na-guerra-das-malvinas-falklandss-em-1982/>>. Seção Poder Naval, 2021. Acesso em: 07ABR2023.

GUERRA, Yapery Tupiassu de Britto. *Submarino nuclear: opção inteligente da Marinha do Brasil*. São Paulo: Núcleo de Assuntos Estratégicos da FIESP/CIESP, 1997. 34p. ISBN.

HISTÓRIA DO MUNDO. *Grandes Navegações*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/artigos/as-grandes-navegacoes.htm>> Acesso em: 07ABR2023.

GORSHKOV, S.G – Commander-in-Chief of Soviet Navy. *The Sea Power of the State*. Annapolis: Naval Institute Press, 1979.

HENNESSY, Peter. *The Silent Deep: The Royal Navy Submarine Service Since 1945*. UK: Penguin Press. Ed.: 2016, 864p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tecnologias geoespaciais aprimoram fronteira do Brasil com América do Sul*. Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28011-tecnologias-geoespaciais-aprimoram-fronteira-do-brasil-com-america-do-sul>>. Acesso em: 21ABR2023.

ILQUES, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior. *Aula inaugural dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval do ano de 2018*. Caderno de Ciências Navais

V.4N.1. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/caderno_ciencias>. Acesso em: 20MAR2023.

LAMPERT, Vice-Almirante João Alberto de Araújo; COSTA, Edwaldo. *Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul: A importância estratégica e o aprimoramento*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>>. Acesso em: 06JUL2023.

LIMA, Oliveira. *FAB lança primeiros satélites do Projeto Lessonia – 1*. Agência Força Aérea: 2022. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/39179/TECNOLOGIA%20ESPACIAL%20-%20FAB%20lan%C3%A7a%20primeiros%20sat%C3%A9lites%20do%20Projeto%20Lessonia%20-%201>>. Acesso: 06JUL2023.

MACEDO, Contra-Almirante José Cláudio Oliveira. *Decisão em crise internacional: dois olhares sobre as Malvinas/ Falklands*. Niterói, 2012, 192p.

MALTEZ, Fábio Marçal. *EMPREGO CONJUNTO DE SUBMARINO NUCLEAR DE ATAQUE E SUBMARINOS CONVENCIONAIS: uma alteração de pensamento na aplicação do Poder Naval*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013. 43p.

MATTOS, CMG (RM1) Leonardo. *Geopolítica*. Aula da disciplina Geopolítica para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM/2023). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2023.

NAGASHIMA, Ohara Barbosa. *Uma análise do potencial dissuasório do submarino de propulsão nuclear brasileiro: o cenário hipotético do litoral atlântico da África*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense: Instituto de Estudos Estratégicos, 2013.

OLSEN, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio – Comandante da Marinha. *Audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa do Senado Federal*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/05/ao-vivo-cre-ouve-ministro-da-defesa-e-comandantes>>. Brasília: MAIO2023a. Acesso em: 05MAIO2023.

OLSEN, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio – Comandante da Marinha. *Audiência pública na Câmara dos Deputados*. Brasília: MAIO2023b. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/962849-forcas-armadas-pedem-mais-recursos-para-projetos-estrategicos>>. Acesso em: 29MAIO2023.

OLSEN, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio – Comandante da Marinha. Palestra: Curso Superior de Defesa – CSD/2023. Brasília: MAIO2023c.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Resolution adopted on reports of the fourth Committee*. New York, NY: 1965. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/28/IMG/NR021828.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 07ABR2023.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. *De Rodésia do Sul ao atual Zimbábue: 18 de abril, dia da Independência do Zimbábue*. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53980#:~:text=Rod%C3%A9sia%20do%20Sul%20se%20converte,21%20de%20novembro%20de%202017>>. Acesso em: 08ABR2023.

PINTO, Almirante Paulo Lafayette. *O emprego do poder naval em tempo de paz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989, 178p.

SANTOS, Thauan [et al]. GRUPO ECONOMIA DO MAR. *Conheça Amazônia Azul: breve perfil socioeconômico dos Municípios da Economia do Mar Brasileira*. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/economia-mar/briefing-economia-do-mar.pdf>. Acesso em: 20ABR2023.

SANTOS, Thauan [et al]. *ECONOMIA AZUL: vetor para o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo, SP: Essencial Idea Editora, 2022.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the twenty-first century*. New York, NY: Routledge: Fourth ed., 2018.

VIDIGAL, Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira. *O emprego político do poder naval*. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

_____. *Conflito no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Guerra Naval, 1984, 174p.

APÊNDICE – QUADROS

QUADRO 1
Associação entre as AD, os OND e as AED

Ações decorrentes	Objetivos Nacionais e Ações Estratégicas	
	OND	AED
AD1	I	14
	II	14 e 34
AD2	V	62, 66 e 68
AD3	I	1 e 8
	II	14 e 20
	III	39
AD4	II	23
	V	62 e 66
AD5	V	62 e 66
AD6	III	1 e 2
	V	62 e 66

Fonte: BRASIL. 2020. Compilação do autor.

ANEXO – FIGURAS

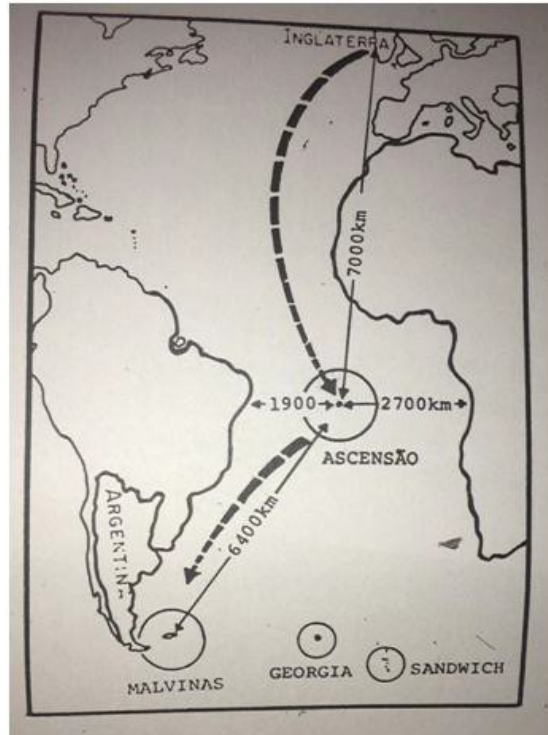


FIGURA 3 – Distâncias das Ilhas Malvinas
 Fonte: VIDIGAL, 1984, p.2.

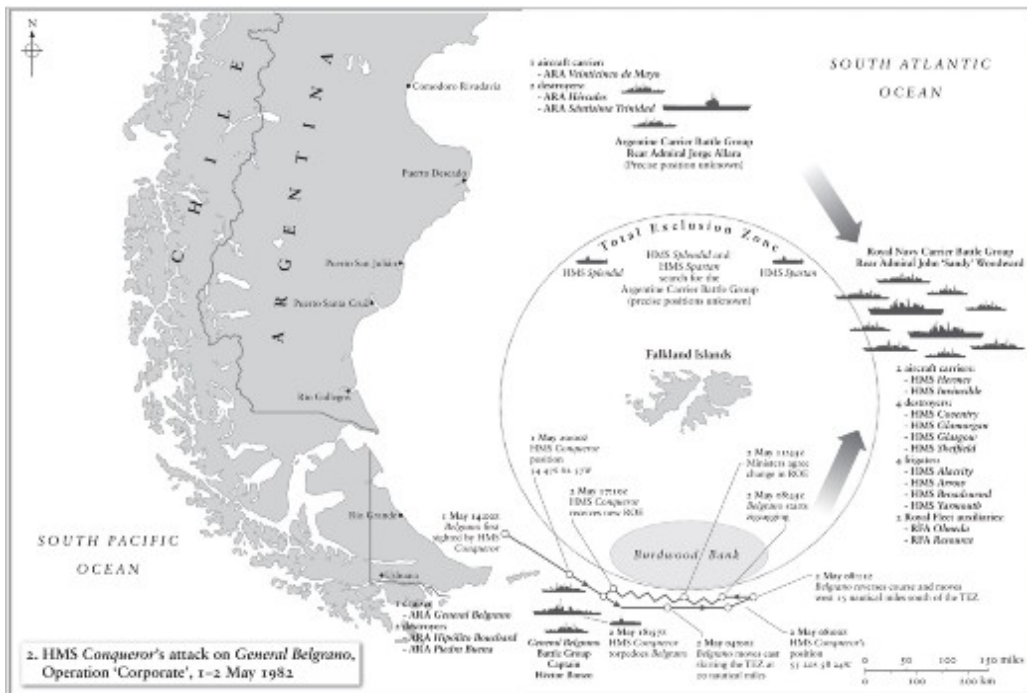


FIGURA 5 – Zona de Exclusão Total
 Fonte: GALANTE, 2021 Apud HENNESSY, 2016.

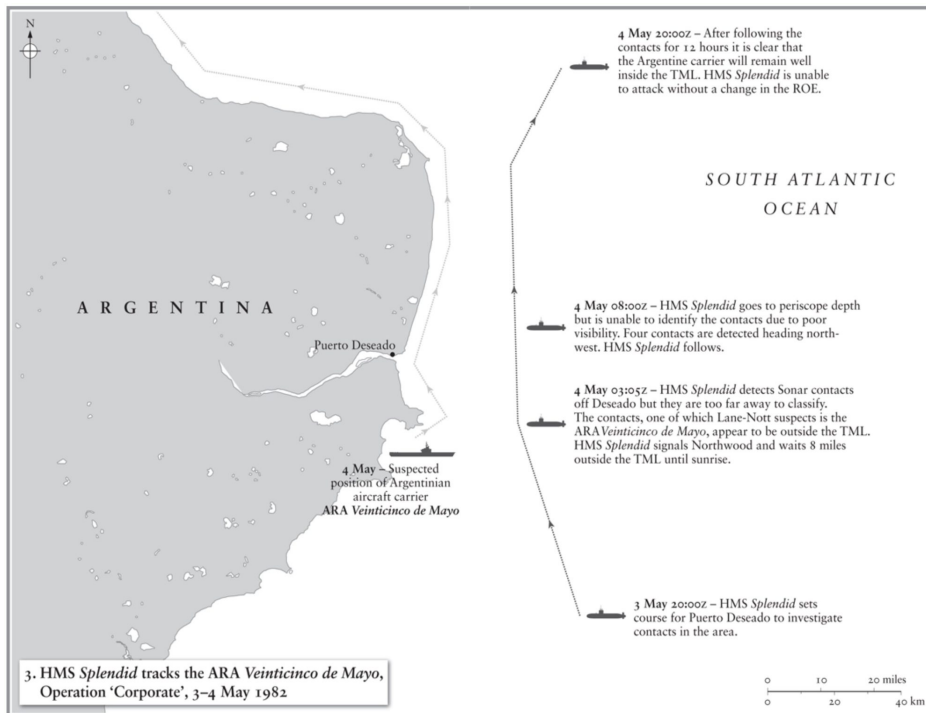


FIGURA 6 – Caçada ao Navio-Aeródromo ARA *Veinticinco de Mayo*
Fonte: GALANTE, 2021 Apud HENNESSY, 2016.



FIGURA 7 – Poços de óleo e gás na margem equatorial
Fonte: Mattos, 2023 Apud ANP.

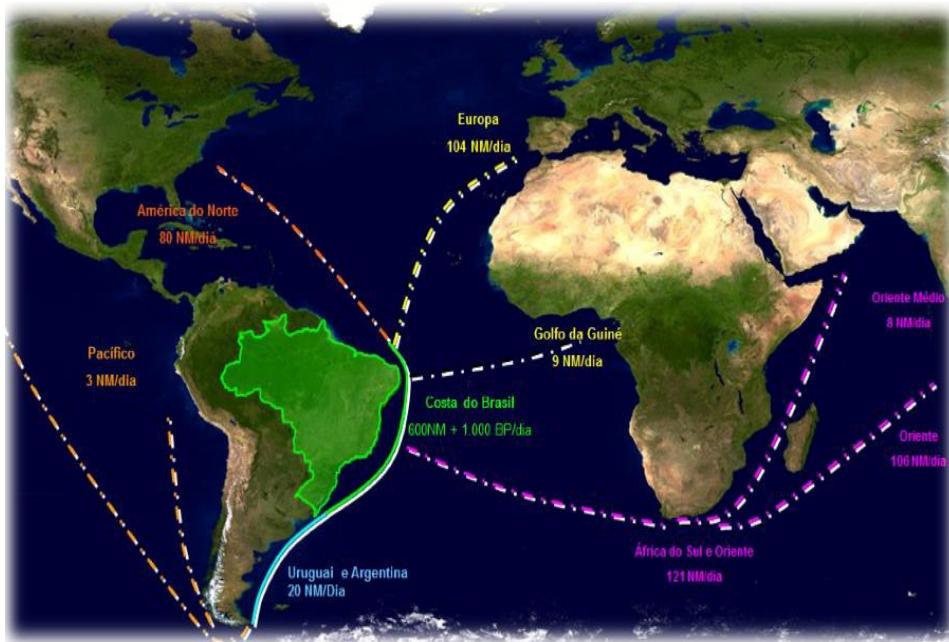


FIGURA 8 – Linhas de Comunicações Marítimas no Atlântico Sul
Fonte: Mattos, 2023.



FIGURA 9 – Cabos submarinos no Brasil
Fonte: SANTOS et al, 2022, *Apud* OLIVEIRA, 2021.

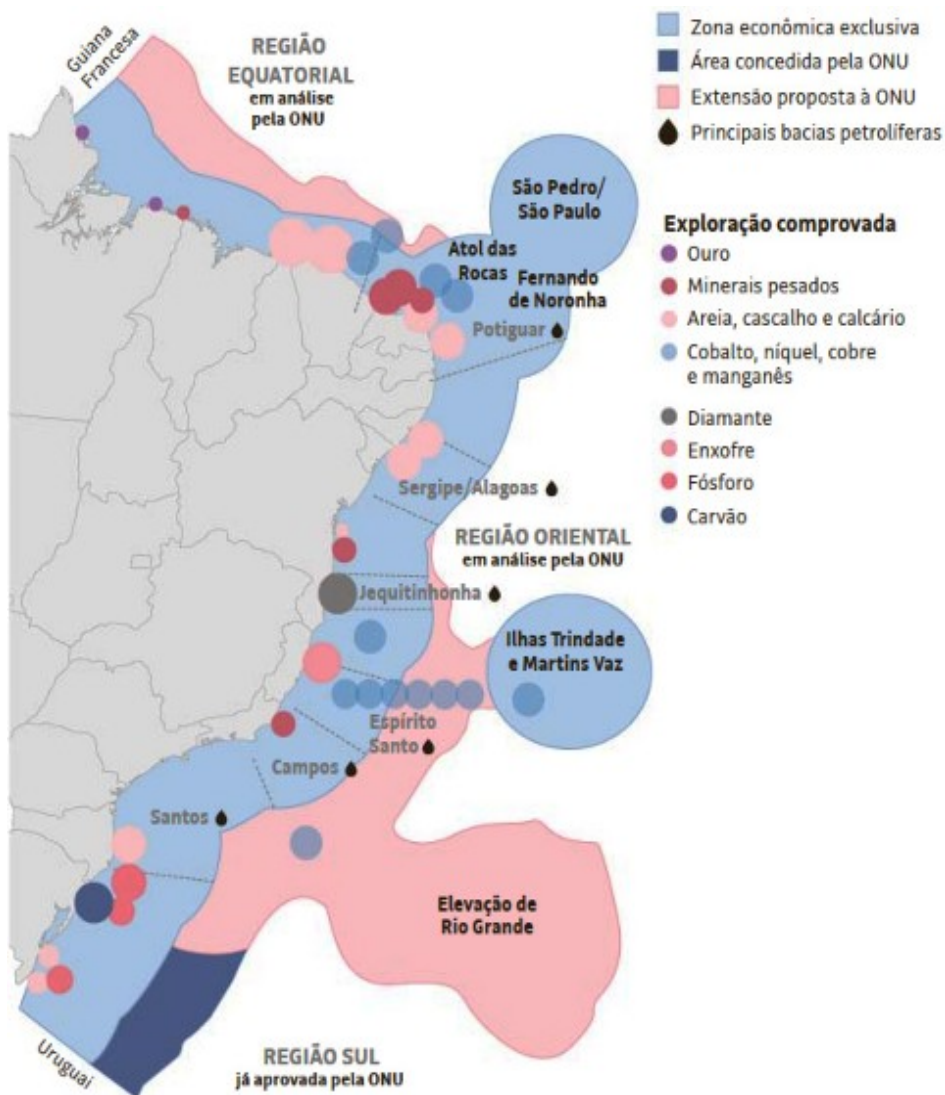


FIGURA 10 – Recursos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras

Fonte: DEFESANET. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/acFB3ouBQuGTqinv7>>. Acesso 30MAR2023.



FIGURA 11 – O Entorno Estratégico Brasileiro

Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/05/ao-vivo-cre-ouve-ministro-da-defesa-e-comandantes>>. Acesso em 05MAIO2023.



FIGURA 12 – A Presença de Potências Regionais no EEB

Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/05/ao-vivo-cre-ouve-ministro-da-defesa-e-comandantes>>. Acesso em 05MAIO2023.

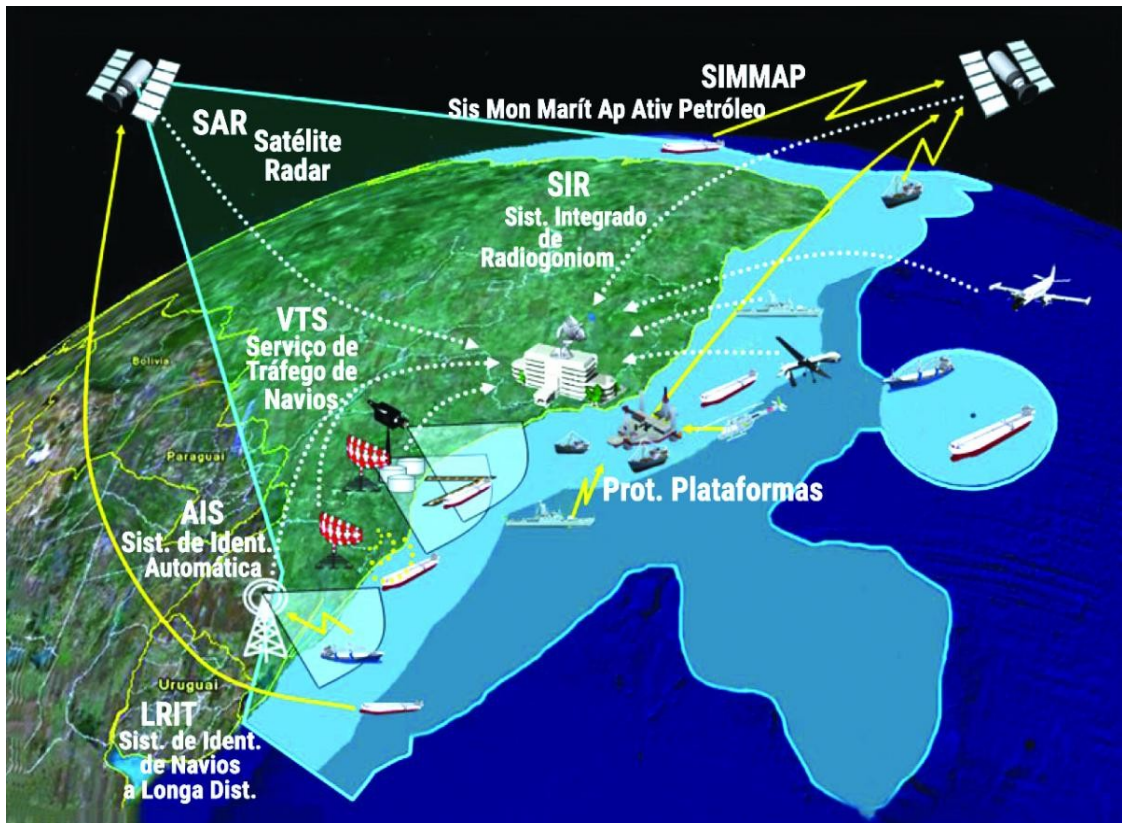


FIGURA 13 – Representação gráfica da concepção do SisGAAz

Fonte: <<https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/pictures/page-sisgaaz-foto-3.jpg>>. Acesso em 06JUL2023.